

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**ELETRICIDADE E MODERNIZAÇÃO URBANA EM
ARAGUARI (1910 – 1948)**

MARCO ANTÔNIO PEIXOTO

MARCO ANTÔNIO PEIXOTO

**ELETRICIDADE E MODERNIZAÇÃO URBANA EM
ARAGUARI (1910 -1948)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para Obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação do Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo.

Uberlândia, Fevereiro de 2003

MARCO ANTÔNIO PEIXOTO

**ELETRICIDADE E MODERNIZAÇÃO URBANA EM
ARAGUARI (1910 -1948)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo – Orientador

Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato

Profa. Ms. Maria Andréa Angelotti Carmo

À minha Família e para Beatriz, com
amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que de forma direta ou indireta, contribuíram para o resultado final desta monografia.

A todos os professores, funcionários e colegas do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Ao meu orientador Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo pelo incentivo intelectual e por sua orientação.

A Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato e a Profa. Ms. Maria Andréa Angelotti Carmo por aceitarem fazer parte da Banca Examinadora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I	
NOTAS PARA A HISTÓRIA URBANA DE ARAGUARI.....	15
1.1 TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	23
1.2 CULTURA, LAZER, RELIGIÃO.....	27
1.3 EDUCAÇÃO	29
1.4 COMÉRCIO.....	32
1.5 INDÚSTRIA.....	36
1.6 PECUÁRIA E AGRICULTURA	39
1.7 SAÚDE E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR.....	40
1.8 PRAÇAS, RUAS E AVENIDAS	41
1.9 ASPECTOS MILITARES.....	42
CAPÍTULO II	
A ENERGIA ELÉTRICA EM ARAGUARI NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	44
CONCLUSÃO.....	65
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	67

RESUMO

Esta pesquisa procura em resgatar o processo de evolução urbana da cidade de Araguari, que se inicia na primeira metade do século XIX, ainda com o nome de Freguesia do Brejo Alegre.

O nome da cidade, Araguari, surge no final do século XIX, época que se inicia o desenvolvimento industrial e comercial da cidade.

A questão da eletricidade foi o principal aspecto abordado para justificar, o progresso verificado no município. Mostra-se através de jornais e atas, como se deu o processo de implantação, utilização e as deficiências do sistema elétrico.

A pesquisa possui o seguinte eixo cronológico: 1910-1948; a primeira data do início da utilização da energia elétrica e a última data do período final da auto-suficiência energética.

“(...) a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido.”

(E.P. Thompson)

CAPÍTULO I

NOTAS PARA A HISTÓRIA URBANA DE ARAGUARI

A história de Araguari se inicia na primeira metade do século XIX, quando Antônio de Resende Costa, o “Major do Córrego Fundo”, comissário de sesmarias da região do Triângulo, demarcou, entre outras, a sesmaria do Serrote (hoje Fundão) e a da Pedra Preta (hoje Cunhas), início do atual município de Araguari. O Major tomou posse também de um terreno de sobra entre as duas sesmarias, doando-o mais tarde à Igreja Católica, como patrimônio da Freguesia que ali se estabeleceu, sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Foi o primeiro passo para a construção do povoado.

Naquela época, de acordo com os apontamentos de Murilo Marx:

*“A terra para o santo, seu patrimônio ou da capela eram doados por um ou mais detentores de glebas vizinhas, sob determinadas condições. Destacam-se as de cunho religioso, como rezar missa para o doador e sua família, periodicamente e após a morte. Além da terra, outras doações permitiam a construção de uma primeira capela e, sobretudo, sua manutenção e funcionamento”.*¹

Assim, pela Lei Provincial nº1847, de 2 de abril de 1840, foi criada a Freguesia do Brejo Alegre. Ao redor da nova sede paroquial foram-se concentrando os habitantes de Brejo Alegre. As festas religiosas tradicionais da igreja foram acontecendo e atraindo romeiros das fazendas próximas, os quais vinham em caravanas, enchendo momentaneamente o largo da matriz de gente e de carros de bois. Segundo matéria do Jornal Botija Parda sobre o assunto:

*“O patrimônio religioso acaba sendo o mecanismo físico, para a expansão da localidade e também um instrumento social para a obtenção de um lugar para morar. A princípio a capela constituiu-se por entre as sesmarias e aos poucos ela acolhe moradores em pequenas porções de sua gleba, tornando-se assim, um importante instrumento de urbanização e criando uma nova paisagem”.*²

¹ MARX, Murilo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel. 1991, p.26.

² *Jornal Botija Parda*, 28/08/1978, p.1.

A evolução e desenvolvimento urbano da freguesia de Brejo Alegre, como de todas as demais da época, foi lenta, natural e assistemática.

A aspiração seguinte enquanto núcleo urbano vai alcançar a autonomia política e administrativa, o que significava, segundo Murilo Marx:

*“(...) passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, seu termo. A autonomia municipal colocaria o povoado, quem sabe a antiga freguesia ou paróquia, como unidade autônoma dentro do Estado (...). O povoado se tornaria a sede de uma área territorial bem definida, entre outra mais antigas ou a serem criadas, termos municipais na ocasião definidos ou redefinidos. Ganha então, para todos os efeitos, um lugar ao sol.”*³

No dia 19 de outubro de 1882, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2996 e sancionado pelo Presidente da Província de Minas Gerais, Theophilo Ottoni, o município de Brejo Alegre, que abrangia também a Freguesia de Sant’Anna do Rio das Velhas (Indianópolis). Mas, somente em 31 de março de 1884, Brejo Alegre passou à categoria de “Villa”. O ideal de emancipação crescia a cada ano.

O reconhecimento dos espaços públicos como patrimônio de uma localidade vai incorporar na população novas maneiras de se apropriar e viver a urbanização. A autonomia administrativa vai marcar uma nova etapa da vida urbana e da ordem fundiária. Tanto os espaços de convívio coletivo – que antes eram apenas representados pela Igreja – como a própria constituição do espaço privado passa a ser mesmo que lentamente administrado por um órgão ligado diretamente ao espaço configurado como urbano, que na concepção de Rodrigues:

“(...) passa a definir a cidade na medida em que organiza o seu espaço e nele as classes sociais. O comércio, as áreas de habitação das famílias abastadas ligadas à propriedade da terra, difere do espaço reservado aos índios, ao trabalho livre e aos artesãos. A especialização da cidade categoriza os segmentos sociais que nela vivem definindo a hierarquia e

³ MARX, M. *Op cit.* p.52.

os valores da sociedade. O próprio poder constituído pelos elementos da dominação: administradores, exército, e eclesiásticos parcelam a responsabilidade na definição do urbano: o assentamento das Câmaras Municipais, as cadeias e as Igrejas têm uma lógica na distribuição do espaço na cidade.”⁴

No dia 5 de agosto de 1888, o projeto do Padre Lafayette (Deputado Provincial) foi transformado na Lei nº 3.591 pela Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, a qual eleva à categoria de cidade a Vila do Brejo Alegre. O Deputado Provincial Severino de Resende Navarro faz uma emenda no projeto, colocando o nome na cidade de Araguari. A referida lei foi sancionada pelo Barão de Camargos no dia 28 de agosto de 1888.

Estas transformações alteraram a vida de Araguari, mas o processo de urbanização tal como se deu, não contribuiu para atenuar a distância entre o habitante rural e o da cidade. Pelo contrário, ficou cada vez mais claro, as diferenças entre o urbano e o rural.

O primeiro Agente Executivo foi José Rodrigues da Cunha, que exerceu o cargo de 31 de março de 1884 até janeiro de 1887, juntamente com os vereadores Ernesto de Paula Vieira, Joaquim Caetano Alves, João Rodrigues Peixoto Sobrinho e José Peixoto Carrijo.

As câmaras municipais possuíam função executiva, sendo que o Presidente da Câmara acumulava a função de Presidente e Agente Executivo. Atualmente, o Agente Executivo recebe a denominação de Prefeito Municipal.

No início do século XX, no triênio de 1901 a 1903, os cargos de Presidente da Câmara e de Agente Executivo Municipal foram desmembrados, quando então foi eleito para Agente Executivo Olímpio Ferreira dos Santos, para Presidente da Câmara Alfredo Sabino Augusto Curado, e para Vice-Presidente Nicolau Elias.

Após o triênio 1901 a 1903, tornam-se a fundir os cargos de Presidente da Câmara e de Agente Executivo, permanecendo assim até 24 de novembro

⁴ RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Algumas considerações sobre o urbano*. In.: Revista do

de 1930, quando o Decreto Estadual nº 9.768 determinou que os municípios passassem a ser administrados por Prefeituras, tendo como administradores os Prefeitos Municipais, separando-se então, definitivamente, o cargo de chefe do Executivo, do chefe do Legislativo.⁵ A Câmara Municipal ficou fechada de 1930 a 1947, por conta da ditadura Getúlio Vargas, voltando às suas atividades em 1948. Pois no contexto nacional de acordo com Lobo:

*“(...) A revolução culmina com a deposição de Washington Luiz e com a formação de um Governo Provisório, formado por altas patentes militares que passam o poder a Getúlio Vargas, que toma posse “provisoriamente” do Governo Federal, em 3 de novembro de 1930, um mês depois de iniciada a insurreição aliancista no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. (...) em todo os Estados são nomeados interventores, somente Minas não sofreu intervenção, conservando seu governador recém eleito, Olegário Dias Maciel, que havia apoiado a Aliança. Vargas ainda determinou a dissolução do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais. (...) Getúlio Vargas, que a Constituinte mantivera na frente do governo, valendo-se das circunstâncias anti-comunistas, e apoiado por contingentes armados dissolveu, em novembro de 1937, a Assembléia Legislativa. Foi então proclamado o Estado Nacional, autoritário, inspirado em governos de tendências totalitárias recentemente estabelecidas na Europa.”*⁶

Isso, e todas as arbitrariedades da época foram marcadas pela política autocrática, subvencionada pelo poder ditatorial que tolhia a participação popular e impedia o acesso do povo aos negócios empreendidos pelos Prefeitos. Só existia uma vontade que predominava: a do Executivo – período triste marcado pelo estigma da tutela das elites políticas.

A história do Poder Judiciário de Araguari teve início a partir de 1884, ano em que a Freguesia do Brejo Alegre se elevou à categoria de “Villa”. A comarca de Araguari criada no dia 28 de novembro de 1890. O primeiro juiz de Direito nomeado para a cidade, foi Antônio da Trindade Antunes Meira, tendo como Chefe Judiciário Tito Fulgêncio Alves Pereira.

Neste período inicial de transformações, Araguari não possuía os melhoramentos e os progressos que posteriormente haveria de alcançar.

Departamento de História. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1987, Nº 4.

⁵ *Jornal Botija Parda*, 28/08/1978, p.1.

⁶ LOBO, R. Haddok. *História Econômica e Administrativa do Brasil*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1957. pp. 145 – 149.

As casas ainda na maior parte eram de pau-a-pique, ripas e barro e eram rebocadas muitas vezes com estrume de vaca ou boi; era costume se ver serventes de pedreiros andarem pela cidade, de gamela na cabeça, à procura de material que se encontrava por toda parte.⁷

A cidade ainda não possuía calçamento e o pó era abundante devido ao movimento intenso de tropas e dos carros de bois.

Os hábitos das casas eram simples; era comum, devido à sua pouca quantidade, pedir fogo emprestado para as diversas atividades culinárias. Não havia máquinas de arroz e nem moinho de café, tudo se fazia através do pilão.

Era comum, altas horas da noite ouvir a mão do pilão dos vizinhos trabalhando a limpar arroz ou a socar café. A população deitava-se cedo; não havia iluminação e as opções de lazer eram escassas.

À medida que o comércio se expandiu, as transformações modernizadoras alteraram o visual e o cotidiano da cidade. Evidenciava-se uma preocupação estética da cidade: sistematizaram-se as construções de prédios e o alinhamento das casas na praça da Matriz, também visavam eliminar os formigueiros dos quintais das casas.⁸

Araguari, por seu desenvolvimento comercial dependente, situou-se dentro do quadro de modernização e urbanização que atingiu a América Latina e conseqüentemente o Brasil na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Modernização e urbanização descontínuas e parciais, que podem ser explicadas pelas disparidades regionais de produção resultantes da relação de dependência com o resto do mundo capitalista.⁹

⁷ *Jornal Araguary*, 11/02/1911, p.2.

⁸ *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari*; 25/07/1915, p.32.

⁹ QUEJANO, Anibal. *Dependência, mudança social e urbanização na América Latina*. In: ALMEIDA, Fernando Lopes de. *A questão urbana na América Latina*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978, p.28.

As regiões e cidades se transformaram em grandes centros de produção e importantes mercados consumidores. A liderança desse processo de modernização coube aos elementos de uma elite ligada aos setores do capitalismo dependente e aos interesses estrangeiros.

Neste contexto, Araguari não vivia isolada do que se passava no mundo. Era peça importante deste quadro, mantendo relações intensas com São Paulo, a grande metrópole modernizadora.

Apesar do conservadorismo da camada rural, o liberalismo existente na atividade comercial-urbana, modificou em parte, os usos e costumes da população. À medida que a cidade se urbanizou, passou a atuar não só como centro de negócios, mas também como ponto de lazer, de convívio social, e de modernismo. Freqüentar Araguari, significou para uma grande parte da população do município, tomar um “banho de civilização”.¹⁰

À medida que os meios de transportes ficaram mais rápidos, principalmente com a estrada de ferro, esta prática tornou-se mais freqüente. A estrada de ferro facilitou as comunicações e permitiu que muitos fazendeiros transferissem suas residências para a cidade, sem ônus para a administração da fazenda.

Cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos (principalmente calçamento das ruas) e aumentou o interesse pelas diversões públicas.

As casas construídas neste período adotaram um estilo europeu, o que era mais uma expressão social da dependência. Era a apropriação de bens culturais próprios de países em estágios completamente diferentes do contexto brasileiro. Fez-se a apropriação sem a mínima preocupação de adaptação e o resultado não foi satisfatório.¹¹

¹⁰ *Jornal O Triângulo*, 10/05/1935, p.3.

¹¹ *Jornal A Gazeta do Triângulo*, 01/03/1938, p.2.

Toda a infra-estrutura econômica estava naturalmente sendo criada a serviço da acumulação capitalista.

Os avanços no processo de produção, na estratificação social, no desenvolvimento urbano comercial, evidenciavam uma aparência de progresso e de modernização. Demonstravam falsamente que a cultura e os recursos importados eram fontes de autonomia cultural, econômica e política.

A modernização dependente criou um estado de euforia, proclamado cada “progresso importado como uma conquista valiosa para a independência nacional.”¹²

As residências dos comerciantes que na sua maior parte eram anexas às casas comerciais, exibiam uma arquitetura requintada, bem como os seus interiores, que já apresentavam uma decoração aprimorada. Quadros a óleo, mobílias francesas e austríacas, espelhos em bisottés, mármore de carrara, lustres de cristais, tapetes etc.

Muitos fazendeiros construíram casas na cidade – os sobrados – que eram habitados, principalmente nos fins de semana, por ocasião de festas religiosas, da Semana Santa, do Carnaval etc.

O contato com os grandes centros alterou em parte a situação da mulher e abriu-lhe perspectivas de vida. Apesar de continuar absorvida pelos pais e pelo marido, sua visão de mundo ampliou-se. Sua educação e cultura se apoiavam em padrões estrangeiros, principalmente nos padrões da cultura francesa.

Pelas leituras dos jornais constatou-se a utilização de expressões francesas como “gare”, “delivrance”, “profusos copos d’água” (expressão que significava festas magníficas) e o predomínio de “menus” franceses nos restaurantes e confeitarias.

¹² FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 134.

Não somente a cultura era predominantemente francesa como também o era a moda. A relação de artigos franceses de toucador, de mesa, de tecidos, de adereços, de jóias, eram abundantes nos anúncios das casas comerciais. Outro costume europeu, adotado no Brasil e naturalmente pela população araguarina, era a despedida feita através dos jornais:

“Partindo para a cidade de Campinas, onde tenho de demorar-me temporariamente, e não podendo pessoalmente despedir-me de todas as pessoas que me honram com suas amizades, venho cumprir esse dever por meio da imprensa. As pessoas, pois, que quiserem utilizar-se do meu fraquíssimo préstimo naquela cidade ou em S. Paulo, podem, para ali, dirigir-me suas determinações.

*Araguary. 3 de março de 1920.
Manoel dos Santos Laureano.”¹³*

Os hotéis começaram a substituir a hospedagem antes feita apenas em casas de amigos e parentes. Apresentavam acomodações razoáveis, quartos de banhos e serviços de cozinhas. As pensões também surgiram, geralmente localizadas próximas à Estação da estrada de ferro e apresentavam acomodações mais simples.

À medida que o comércio araguarino se avolumou e cresceu, possibilitou o enriquecimento e refinamento dos grandes fazendeiros e comerciantes. Neste período o consumo de produtos supérfluos foi imenso.

Paralelamente ao comércio dos produtos básicos como sal, arame, café, querosene, “molhados”, desenvolveu-se um comércio de produtos de alto luxo, anteriormente desconhecidos e raramente comercializados. O consumo destes produtos foi observado no município de Araguari, não só nas sedes das fazendas e áreas urbanas, mas também no comércio mantido com Goiás e São Paulo. O dinamismo comercial transformou gradativamente a cidade e a chegada da Estrada de Ferro Mogiana acelerou a sociabilidade, antes reduzida e em geral restrita ao meio familiar.

¹³ *Jornal de Araguary*, 05/03/1920, p.3.

1.1 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Em meados do século XIX, com a invenção da locomotiva e da estrada de ferro, pelo inglês George Stephenson, vislumbrou-se o progresso através das linhas férreas que ligariam os lugares mais distantes.

Constava-se a influência decisiva deste meio de transporte para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões brasileiras, na última década do século XIX e meados do século XX.

A estrada de ferro encurtou distâncias, barateou os produtos e aumentou o volume de mercadorias. Constituiu um dos elementos da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo. As antigas tropas de mulas eram insuficientes para o escoamento de uma grande produção e além disso, onerava o produto.

É neste contexto que em 15 de novembro de 1896, a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, iniciou suas atividades em Araguari, possibilitando a ligação ferroviária com a economia cafeeira. Em 20 de agosto de 1896, chegou em Araguari, o engenheiro Achilles Widulich, para marcar o local da sede definitiva, em terreno doado pela Prefeitura Municipal. A Mogiana prestou ao interior do Brasil, ao longo das linhas que chegavam a várias cidades, de Campinas ponto inicial, a Araguari ponto terminal, benefícios dos mais valiosos.

Nessa época, vieram para Araguari, por meio da Cia. Mogiana inúmeros imigrantes, dentre eles: portugueses, espanhóis, italianos, libaneses e outros. Estes, muito contribuíram para o progresso do município, influenciando a comunidade com suas tradições e sua cultura, na construção de suas residências, na vida social e econômica da cidade.

Estrategicamente posicionada na região noroeste do Triângulo Mineiro, divisa com o Estado de Goiás, Araguari reunia todas as condições para que a estrada de ferro Alto Tocantins, que a partir de 28 de março de 1906, passou a denominar-se Estrada de Ferro de Goiás, aqui instalasse a sua sede,

estabelecendo-se assim o entroncamento que ligaria os estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, por meio da Cia. Mogiana.

A inauguração oficial da Estrada de Ferro Goiás tornou-se a mola propulsora de grandes transformações ocorridas na cidade, propiciando o desenvolvimento do comércio de Araguari, visto que, os funcionários gastavam seus proventos no comércio local; pessoas vinham de todos os lugares do país, alguns para investir seu capital no crescimento da cidade e outros para procurar emprego.

De acordo com Murilo Marx:

*“Apoiado na rede ferroviária, aparece um novo tipo de traçado, mais geométrico e atento à orientação, à forma e ao tamanho do seu módulo: o lote para ser vendido. (...) O advento da idéia de propriedade, das novas formas de transmissão de terra, vai alterar também a fisionomia das velhas concentrações de maneira mais ou menos drástica, mais ou menos rápida, e o fará especialmente através do loteamento como, instrumento de expansão das aglomerações urbanas.”*¹⁴

Em agosto de 1938, a Companhia Viação Aérea São Paulo (Vasp), inaugurou uma linha aérea São Paulo – Goiânia, com escala em Araguari. Foi um grande alvoroço. Os aviões da Vasp, que desciam, eram os possantes “Junker” prefixo J.U 52, de 3 motores, com capacidade para 27 passageiros. Por esse transporte, encurtaram-se grandemente as distâncias entre o Triângulo Mineiro e Goiás, e aos grandes centros do litoral brasileiro.

Nos meados de 40, a linha Araguari - Belo Horizonte era feita pela Companhia Aérea OMTA (Organização Mineira de Transportes Aéreos). Seus aviões eram os “Dragon” bimotores. Dessa empresa os araguarinos não guardam boas lembranças, pois, em 1947, um de seus aparelhos caiu nos arredores da cidade, matando e ferindo várias pessoas.

O auge dos transportes aéreos data da década de 40, ocasião em que a cidade dispunha de um aeródromo, considerado dos melhores. Araguari foi

¹⁴ MARX, Murilo. *Op cit.* pp 106-108.

escala obrigatória de quem ia para Goiás. Possuía um aero-clube que, de início possuía dois aparelhos e era dirigido pelo instrutor Antônio Marinchek, sendo considerado um clube excelente.

O meio de transporte chamado “jardineira” era utilizado e só foi possível a sua utilização, devido a abertura de rodovias, principalmente, para Uberlândia. Em 1932, iniciam-se, através da iniciativa particular, os serviços de transporte de passageiros e pequenas cargas.

Na época o jornal O Triângulo noticiava:

*“Está sendo coroada de pleno êxito a iniciativa do Sr. Leoni Valente, (...) que estabeleceu os serviços de transporte e pequenas cargas, entre esta cidade e a de Uberlândia, por meio de jardineiras. Pelo que temos constatado, é elevado o número de pessoas que diariamente, trafegam nos carros do Sr. Leoni (...)”*¹⁵

Nessa década de 30, inaugurou-se uma nova rodovia de Araguari a Estrela do Sul, sendo esta construída com recursos de particulares, ou seja, pessoas de posse de ambas as cidades. Segundo um artigo do Jornal Araguay¹⁶, esta rodovia vinha facilitar sobremaneira as relações comerciais e culturais, entre as duas comunidades, já que o percurso podia ser feito em apenas três horas.

Com o assoalhamento da ponte denominada Engenheiro Bithout, Araguari tornou-se ligada ao Estado de Goiás por rodovia e ainda por balsas. Em 1937, Araguari foi ligada a outro setor do Estado de Goiás, pela Ponte Benedito Valadares, popularmente a Ponte do Veloso. Esta é, atualmente, a ponte Quinca Mariano, que liga Araguari ao município de Corumbaíba.

A primeira agência de correio instalada em Araguari localizou-se na Rua Bonfim, atual rua Jaime Gomes, esquina com a rua Afonso Pena. Em 6 de outubro de 1886, a Câmara de Brejo Alegre fez um ofício à Câmara da Bagagem (Estrela do Sul), solicitando os seus préstimos junto ao governo da Província, para redução dos dias em que era feito o serviço de correio entre

¹⁵ *Jornal O Triângulo*, 13/03/1932, p.2.

Bagagem e Brejo Alegre, passando de 10 em 10 dias para ser feito de 5 em 5 dias.¹⁷ Em 1901, apareceram as primeiras caixas postais e o serviço de registros, com taxas fixadas de acordo com as distâncias utilizadas. Nesse período, as correspondências eram transportadas em lombos de animais, dentro de “bruacas”, ou seja, malas de couro cru, apropriadas para transporte seguro de objetos perecíveis sobre bestas. A agência de correios de Araguari já recebeu classificações de primeira classe especial, isto é, as correspondências que iam para Goiás e a região passavam pela agência local, de onde eram distribuídas para os locais de destino.

O primeiro jornal de Araguari foi fundado em 21 de abril de 1894, recebendo a denominação de “Araguary”. Seu primeiro proprietário foi Tertuliano Goulart, passando mais tarde para as mãos de Antônio Nunes de Carvalho. No ano de 1919, fundou-se o “Diário de Araguary”, cujo gerente foi Paulo Goulart. Em 1922, Milton Lima, Augusto Costa e Líbano Galante, fundaram o periódico denominado “Albor”. Em 1929, Philadelpho de Lima fundou o jornal intitulado “O Triângulo”. No dia 7 de março de 1937, fundou-se mais um jornal em Araguari: a “Gazeta do Triângulo”, cujos fundadores foram Odilon Paes de Almeida e João Alamy Filho. Em 19 de julho de 1948, Elmiro Barbosa fundou o “Jornal de Araguari”.¹⁸

A primeira rádio-emissora de Araguari denominava-se “Sociedade Anônima Rádio Araguary”. Muitos a conhecem através do prefixo PRJ 3. Ela foi fundada por Arcino Santos Laureano, Augusto Diniz, Alfredo de Oliveira Santos, Antônio Lemos da Silva e Manoel dos Santos Laureano Júnior, em 12 de fevereiro de 1939.¹⁹ Esta emissora apareceu na fase áurea do rádio, época em que se faziam programas e shows ao vivo, com apresentação de cantores famosos do momento. A PRJ 3 não fugiu à moda, apesar de sua condição de rádio do interior, manteve programas ao vivo com expressivo público assistente e grande audiência nos lares e no comércio.

¹⁶ *Jornal Araguary*, 10/06/1930, p.3.

¹⁷ *Livro de Atas da Câmara Municipal de Brejo Alegre*, 06/10/1886, p.21.

¹⁸ *Jornal Botija Parda*, 28/08/1978, p.1.

¹⁹ *Jornal Gazeta do Triângulo*, 15/02/1939, p.1.

A instalação do telefone, em Araguari, é mais antiga que a iluminação elétrica. As primeiras referências sobre o telefone, encontradas, datam do ano de 1907, quando o Agente Executivo, Olympio Ferreira dos Santos, através da Lei nº 125, de 23 de agosto²⁰, concedeu a Silvério José da Silva e Hildebrando Pontes, ou à empresa que os mesmos organizassem, privilégio, por 25 anos, para construção, uso e gozo de uma linha telefônica no município. Todavia, não nos foi possível apurar se este empreendimento foi levado a efeito. No ano de 1908, o Padre Joaquim Amorim, pároco local, e Lázaro Ferreira, fundaram a primeira companhia telefônica e que denominou-se Companhia Telefônica “Nossa Senhora Aparecida”. Através da Lei nº 148, em 8 de novembro de 1910²¹, estabeleceu-se o primeiro “Regulamento da Empresa Telephonica”.

1.2 - CULTURA, LAZER, RELIGIÃO

Em Araguari, a instalação dos cinemas, no início do século XX, encontrou muitas dificuldades, pois as pessoas, após matarem a curiosidade da primeira sessão (cinema mudo), tornaram-se arredios à nova invenção, preferindo o popular espetáculo circense. O primeiro cinema araguarino chamou-se “Íris Cinema”, e era de propriedade de Cândido Rodrigues da Cunha. Funcionou na Praça da Matriz, na primeira década do século XX. No dia 27 de maio de 1910, foi inaugurado o Radium Cinema, de propriedade de Cherubino Santos, e que funcionou na atual Praça Manoel Bonito. Posteriormente, o Radium Cinema mudou-se para o terreno frente o escritório da Empresa Força e Luz, mudando a sua denominação para Éden Cinema. Isso se deu no início de 1913, passando a ser propriedade de Adalardo Cunha.

Interessante lembrar que, no cinema mudo, o som ficava na responsabilidade de um conjunto de músicos, geralmente dois ou três. E devia-se jogar baldes de água na tela, nos intervalos, a fim de prevenir incêndios.

Em Araguari, foram fundados também: o Cinema Americano, o Cine Glória e o Cine Central que, logo, foram desativados. O Cine Alhambra foi

²⁰ Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari, 23/08/1907, p.53.

inaugurado em 30 de junho de 1932 e funcionou em prédio na rua Afonso Pena. Em 1929, chega ao Brasil a sonorização sincronizada, grande fator de renovado interesse pelo cinema. Nos fins da década de 30, mais precisamente a 17 de junho de 1938, inaugura-se o Cine Rex, de propriedade da Empresa Cine Teatro Santa Helena Ltda. Essa empresa explorou até agosto de 1944, quando passou, em arrendamento, à Empresa Cine Teatro Uberlândia. Em 1939, a mesma empresa inaugurou o Cine Teatro Paratodos, que funcionou no local onde, tempos atrás, houve os cines Glória e Alhambra.

Em junho de 1947, os Cines Rex e Paratodos sofreram lamentável depredação por elementos irresponsáveis, revoltados com os novos preços, no dia em que ia ser apresentado o filme “Casa Blanca”. Na época, os dois cinemas estavam arrendados à Empresa Cine Teatro Uberlândia. Após o incidente, foram devolvidos para os proprietários Milton Lemos da Silva e Hermano Lemos da Silva, proprietários da Empresa Cine Teatro Helena Ltda.²²

O folclore existe em todos os povos, sendo o fruto da cultura popular, e é reconhecível através dos mitos, lendas, contos, ditos populares, rodas infantis, música, dança, artesanatos e usos e costumes populares. O congado tem uma grande conotação religiosa, pois é uma manifestação de fé de origem africana que foi cristianizada. A participação da Igreja nas festividades é de apoio tático, buscando-se organizar e passar informações religiosas. O culto a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito são de origens européias, mas os negros do Brasil se identificaram com os mesmos, assumindo uma devoção típica. Na década de 30, em Araguari já existia o Congo Branco, fundado por Antônio Vitoriano. O Congo Verde foi fundado em 1937, por Teodolino Domingos Rodrigues e o Congo Moçambique foi fundado em 1947.²³

As festas juninas constituíam outra inesgotável fonte de criatividade: trajes típicos, armação de barraquinhas e choupanas de sapé. O carnaval, surgiu na cidade em 1907, e muito timidamente, nos folguedos improvisados

²¹ *Idem*, 08/11/1910, p.67.

²² *Jornal Gazeta do Triângulo*, 29/06/1948, p.3.

²³ *Jornal de Araguari*, 06/12/1948, p.2.

pelos foliões Vítor Lorenzo e Alfredo Pereira que tiveram a coragem de enfrentar a intolerância de alguns espíritos da época. Em 1908, a festa foi muito animada e dirigida pelo Clube dos Boêmios, durando três dias. Todos os festejos aconteceram durante o dia, terminando às 6 horas e meia da tarde, com profusão de lamparinas, de lampiões, de velas, de candeias, de fogos de bengala e algumas fogueiras distribuídas pelas ruas e becos.²⁴

A primeira paróquia de Araguari foi a do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, fundada por volta de 1823. Somente em 10 de julho de 1908, com o Padre Joaquim Augusto de Souza Amorim, é que se inicia a história escrita da paróquia desta cidade. Deu-se essa preocupação devido à exigência da Diocese de Uberaba, à qual pertencia a paróquia.

No ano de 1893, já havendo um bom número de crentes evangélicos, foi organizada, definitivamente, a Igreja Presbiteriana de Araguari, em casa de Américo Goulart e na ocasião foi o Reverendo Álvaro dos Reis seu primeiro presidente. Só no início do século XX é que construíram o templo, para as suas atividades.

O movimento espiritualista aparece em Araguari no início do século XX. Nele sobressai a figura de Adolfo Carísio, que abraçou a doutrina espírita de Allan Kardec em 1927 e que presidiu o Centro Espírita da Caridade por longos anos.²⁵

1.3 – EDUCAÇÃO

Ao nascer uma cidade, nasce com ela o sonho de educação para todos. Mesmo antes de Araguari ser elevada à categoria de cidade, perante a lei, já existia a preocupação da Câmara Municipal com relação à educação dos que aqui residiam. No século XIX, houve o cargo de professor ambulante municipal. Dentre as pessoas que assumiram o cargo, encontramos, por exemplo, Edmundo da Conceição, cujo termo de compromisso acha-se citado na ata da

²⁴ *Jornal Araguary*, 01/03/1925, p.1.

sessão da Câmara, do dia 23 de janeiro de 1897.²⁶ A 30 de agosto de 1898, a Lei nº 63 veio regular a instrução primária e secundária de nossa cidade. As escolas funcionavam em prédios particulares, com aluguéis pagos pelo cofre municipal. Em fevereiro de 1900, Camila Maria da Conceição foi nomeada para reger interinamente a cadeira de 2º grau para o sexo feminino. Devido à escassez das escolas públicas, muitos professores ministravam aulas em suas residências, ou mesmo na casa dos alunos. Nessa época, tais professores colocavam anúncios nos jornais, pondo seus préstimos a serviço da comunidade.²⁷

A Escola Estadual “Raul Soares” foi a primeira escola estadual da cidade, autorizada pelo decreto nº 2297, de 17 de novembro de 1908, tendo suas atividades iniciadas em 17 de abril de 1909. Sua denominação inicial e que perdurou até o final da década de 20, foi simplesmente “grupo escolar”. Em outubro de 1927, em visita a Araguari, o governador de Minas, Antônio Carlos, inaugurou as novas instalações do Grupo Escolar, o qual, através do Decreto nº 7.968, passou a denominar-se “Grupo Escolar Raul Soares”, em homenagem ao governador imediatamente anterior e que morreu durante sua gestão, a 4 de agosto de 1924. Foi criado também, através do mesmo decreto, o segundo Grupo Escolar de Araguari, que se denominou “Visconde de Ouro Preto”.²⁸

No dia 14 de abril de 1919, foi inaugurado o Colégio Sagrado Coração de Jesus, com missa solene, celebrada pelo Padre Lafayette de Godoy e sob a direção da Irmã Maria Blandina, que contava com mais sete freiras belgas da Congregação do Sagrado Coração de Maria. Irmã Blandina, que recebeu depois o título de “Madre”, ao ser nomeada superiora da nova comunidade, era a professora de piano. O colégio Sagrado Coração de Jesus crescia a olhos vistos. E, para dar continuidade a ele, todos os anos vinham da Bélgica novas levadas de religiosas. Em 1927, visando à formação de religiosas brasileiras, foi criado o noviciado da Congregação em Araguari, anexo ao colégio. Em 1930, o

²⁵ *Jornal O Triângulo*, 25/09/1933, p.3.

²⁶ *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari*, 23/01/1897, p. 10.

²⁷ *Jornal Araguari*, 17/12/1910, p.1.

²⁸ *Jornal Albor*, 01/11/1927, p.1.

colégio foi equiparado ao ensino estadual, com autorização oficial e reconhecimento pelo Ministério da Educação, representado, na época, por Gustavo Capanema. A primeira turma a concluir o curso Normal verificou-se em 1932, sede composta por sete alunas.²⁹

No ano de 1925, Araguari foi privilegiada, ao ser escolhida para sede de um colégio para rapazes, ficando a incumbência a cargo dos padres dos Sagrados, vindos da Holanda. No início de 1926, os dois fundadores, Padre Gil Von Den Boogaart e Padre Matias Van Rooy, chegaram a Araguari. Um ginásio para rapazes constituía, na época, um empreendimento grandioso, pois a cidade já possuía um estabelecimento feminino. O novo colégio (Regina Pacis) foi instalado oficialmente no dia 18 de maio de 1926, com a presença de autoridades locais e o Bispo Diocesano, D. Antônio de Almeida Lustosa. A 30 de maio de 1926, iniciaram-se as aulas do Curso de Admissão, contando com 30 alunos na primeira turma. Os primeiros professores foram Padre Gil, Padre Matias e Patrocínio Valverde de Moraes. Depois de muita luta, o novo ginásio foi reconhecido pelo Conselho Federal, em 1929, mas junto com o reconhecimento veio a exorbitante taxa de 18 contos de réis, uma verdadeira fortuna para a época. Os padres ficaram apavorados, mas a solidariedade dos araguarinos foi intensa: fizeram uma gigantesca campanha e obtiveram nada menos do que 24 contos de réis.

O Regina Pacis foi elevado à categoria de “colégio” em 20 de janeiro de 1943, pelo Decreto nº 11.351 – podendo manter os cursos científico e clássico (2º grau).³⁰

Os Colégios Sagrado Coração de Jesus e Regina Pacis, colocaram a cidade de Araguari, como sendo um grande centro educacional do interior do país. A clientela atendida por estes colégios, originaram-se principalmente dos estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, compondo-se de filhas e filhos da alta sociedade da época.

²⁹ *Jornal Gazeta do Triângulo*, 14/04/1939, p.1.

³⁰ *Idem*, 25/01/1943, p.2.

A Escola Técnica de Comércio Machado de Assis e Ginásio Dom Vital foi fundada a 15 de novembro de 1943, pelo professor Moacir Fantini e Maria de Lourdes Lisboa Alves de Castro, começando a funcionar em 1944. De início, veio apenas o curso comercial básico, seguido, posteriormente, pelo curso ginasial. O curso Técnico de Contabilidade teve início em 1946.³¹

1.4 – COMÉRCIO

O comércio foi importante para a formação e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Marx destacou que:

*“(...) o comércio exerce uma certa influência sobre as comunidades entre as quais ele é realizado, ele submete cada vez mais intensamente a produção do valor de troca, fazendo com que o prazer e a subsistência dependam mais da venda do que do consumo direto dos produtos. Desse modo ele desagrada as antigas. Ele aumenta a circulação de dinheiro. Ele não se limita simplesmente a se apoderar do excedente da produção e coloca sob a sua dependência setores inteiros da produção.”*³²

O desenvolvimento do comércio foi portanto, uma das condições históricas para a acumulação de capital. De um mesmo modo a existência de um mercado mundial e seu desenvolvimento até certo nível, constituíram condições históricas para as transformações das relações internacionais, no final do século XIX.

As trocas, em nível nacional e internacional, responsáveis pela penetração do capital no comércio, ao mesmo tempo aceleraram o processo de dependência a ele em quase todas as etapas de produção.

O comércio foi uma das vias mais importantes de mudanças sócio-econômicas; teve uma influência importante sobre a evolução econômica dos diferentes países nele envolvidos. Exercem uma influência externa, pois segundo Marx:

³¹ *Jornal de Araguari*, 15/11/1948, p.1.

³² MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, Vol.1, 6ª ed, p.116.

*“(...) o comércio em si mesmo não muda as relações de produção sob o domínio das quais são produzidas as mercadorias que ele transfere de um local, de uma região ou de um país para outro. As condições de produção dessas mercadorias são elementos fixados previamente e independentemente do comércio.”*³³

A primeira referência sobre o comércio em Araguari data do século XIX, quando foi assinada a Lei nº 75 de 4 de dezembro de 1899, estabelecendo, em seu artigo 1º, que comerciantes de fazendas (tecidos), ferragens e armarinhos, eram obrigados a fecharem seus estabelecimentos aos domingos.

Essa lei veio regulamentar o tempo de serviço prestado pelos comerciários aos comerciantes.³⁴ Em 1913, foi fundada a Associação dos Empregados de Comércio de Araguari, que tinha por fim zelar e trabalhar pelos interesses da classe.

A primeira firma comercial registrada (1900) foi de Manoel Ferreira Louzada, que comerciava ferragens, trigo e outros gêneros. No mesmo ano, foi registrada a firma de João Gonçalves Mocinho, que vendia ferragens, fazendas (tecidos), armarinhos e outros gêneros nacionais. Em 1910, foi registrada a firma Alfredo Sampaio & Cia, que comercializava remédios, produtos químicos e preparados farmacêuticos. Em 1912, a empresa comercial Ferreira & Cia, a primeira registrada a que aludimos acima, passou a denominar-se Ferreira França & Cia, e, mais adiante, L. França & Cia. No ano de 1926, essa firma já figurava entre as principais empresas comerciais do Estado. Em 1915, Alerêdo Ferreira da Silva inaugurou uma casa comercial com o seu nome, de grande porte para a época. Comercializava ferragens, armarinhos, fazendas, secos e molhados. No ano de 1918, inaugurou-se a Casa Carrapatoso, loja que trabalhava com tecidos e artigos finos para presentes. A razão social da firma era J. Porto & Cia.

Apesar de possuir um comércio bastante próspero, Araguari, no início do século XX, ainda não contava com estabelecimentos bancários. As operações

³³ MARX, Karl. *Op. cit.* p. 116.

de crédito eram feitas entre comerciantes e particulares. Somente em junho de 1919, é que foi inaugurado a primeira agência bancária da cidade: o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S/A. A partir dessa data, firmaram-se as operações de crédito, com cheques, depósitos e aplicações bancárias. Os saques eram feitos por meios cambiais, visto que a Lei de Contas, que criou o sistema de duplicatas, surgiu bem mais tarde. Com o desenvolvimento comercial, Araguari necessitava de maior número de bancos. As reivindicações vieram, e os estabelecimentos foram aparecendo.

A Casa Patrícia foi fundada no início da década de 1920, sendo especializada em artigos elétricos, ferragens, cristais, porcelanas e artigos para automóveis. Também vendia a gasolina “Tydol”, passando mais tarde, a ser agente da Chevrolet. Nos anos 40, essa firma, sob a razão social de “Petrônio Accioly & Cia Ltda”, ampliou o seu abastecimento e mercadorias na praça, passando a vender também motocicletas, geladeiras, peças para automóveis, tintas, etc.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o comércio de cereais teve grande ressonância na economia araguarina. Araguari contou com grandes compradores de cereais (arroz e milho), dos quais se destacam Nephtali Vieira, Gabriel Jorge, Marcolino Ramos, José Daher & Filhos, Josias Dias Campos, Joaquim Ferreira de Souza, e Antenor Dias Vieira (este era também fabricante de foices). Foi o período em que Araguari era o centro importador de manufaturas e exportador de matérias primas, através das ferrovias aqui existentes. Em 1925, José Prata fundou a Casa Prata, um grande armazém que vendia sobretudo latarias, além de cereais, em alta escala, fumos goianos e mineiros, por atacado e a varejo.

De 1922 a 1930, foram fundadas várias casas comerciais de artigos finos. Em 1927, Manoel da Cruz Pova fundou a Casa Serrador (Póvoa & Irmãos) que inicialmente era um pequeno armazém de secos e molhados. Em 1937, comprou uma pequena marcenaria, que funcionou anexa ao armazém e anos depois adquiriu uma fábrica de cerâmica, se tornando um dos maiores

³⁴ Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari, 04/12/1899, p.45.

atacadistas da região e dando a denominação à empresa de Indústrias Serrador. Já na década de 1930, o Curtume Araguaryno, de Mauro Santos e Paulino & Cia, possuía uma casa de couros que vendia produtos de fabricação própria; a Casa Confiança, de Carlos Blikstein & Cia. que vendia móveis finos, sendo destaque na época uma livraria e papelaria, de propriedade de Nephtali Vieira.

No comércio farmacêutico de Araguari; destacou-se Teophilo de Godoy, um dos primeiros a manter esta especialidade comercial. Merecem menção também Manoel Costa e Adalardo Pereira da Cunha, que registrou sua firma em 9 de julho de 1900. Em 1906, Delarmando Cardoso fundou a Pharmacia Esperança; em 1909, Moisés Rodrigues Alves fundou a Pharmacia Araguaryna; em 1914, Edgar Ferreira Alves fundou a Pharmacia Central.

Figuram também no cenário comercial de Araguari as famosas padarias. A primeira padaria chamou-se Esperança e seu proprietário foi o português Francisco Santos Martins. Em 1924, a portuguesa Carolina Costa Cunha, instalou a “Padaria Lusitana”. Esta passou, posteriormente, para as mãos de Antônio Figueiró, e depois para João Maldonado Filho, época em que o estabelecimento foi equipado com fornos mais possantes e amassadeira elétrica. Fornecia pães frescos duas vezes por dia, os quais eram distribuídos pela cidade em carrinhos de tração animal, os famosos “carrinhos de padeiro”.

Destaca-se também, na história do comércio Araguarino, a atuação de famosos alfaiates. Uma das primeiras alfaiatarias da cidade foi a Alphiataria Progresso, fundada em 1903, por Braz Ferrari.

No ano 1939, Orlando Elesbão era o destaque em serviço de assentamento de vidros e espelhos, possuindo uma ampla casa comercial.

Na década de 40, Araguari recebeu inúmeras outras casas comerciais, de todos os ramos de comércio da época. Entre elas destacamos a Relojoaria Londres que foi fundada em março de 1940, por Samuel Santos; a casa Garoto que dominou o comércio na década, com finas confecções e variados

brinquedos; a Casa Orsi, teve as suas atividades iniciadas em 1940, no ramo de joalheria e relojoaria, com sofisticada oferta de artigos finos para presentes. Citamos ainda, da famosa década de 40, a agência Ford, concessionária dos carros de marca Ford, dirigida por José Pereira França. O bazar da China, fundado em 1941 por Antônio Thomé, classificou-se como uma das maiores lojas da cidade, vendendo tecidos, artigos de cama, mesa e banho, sombrinhas, guarda-chuvas, e outros. “A Continental” era considerada o palácio dos calçados; a “Casa da Sogra” vendia tecidos e artigos finos; a Livraria e Papelaria Cardoso, possuía uma variedade de materiais escolares e para escritório; a “Casa Íris” era propriedade de Assad Saad e vendia ferramentas para lavoura, ferragens, louças, material sanitário, elétrico, tintas, vernizes, óleos, etc. A loja “A Mineira” foi fundada em 1942, por Álvaro Américo Damião e comercializava os mais finos e variados tecidos, além de plásticos, espumas sintéticas e outros.

1.5 – INDÚSTRIA

Os primeiros vestígios de industrialização em nossa terra aparecem a partir de março de 1885, quando ocorreu a iniciativa de Joaquim Gonçalves Goulart, o qual encaminhou à Câmara um requerimento pedindo que fosse demarcado um terreno apropriado para o fabrico de adobes.

Assim nasceu a primeira indústria da Villa de Brejo Alegre, com o fabrico de material mais simples para construção, mas, sem dúvida, um grande passo para o progresso da vila. Com a evolução de adobes para tijolos, vão surgir as olarias onde se fabrica em série e com mais rapidez. Dentre as primeiras olarias, destacaram-se as de Antônio Farias, Sebastião Farias e Irineu Montes.

Nas décadas de 30 e 40, funcionou um entreposto comercial de propriedade de José Falcomer, que fabricou ladrilhos, vendendo também materiais diversos para construção. Em 22 de setembro de 1934 foi inaugurada a Cerâmica Triângulo por Alípio Gonçalves, Américo de Souza, Adelino Picas e João Baptista Gonçalves Filho.

Uma fábrica de carroças, com ferraria e carpintaria, foi montada em 1898, pelo cidadão Pedro Nasciutti que prestou serviços à comunidade, até 1920, quando seus filhos, Luiz e Eugênio Nasciutti, assumiram a direção da indústria.

Outro fabricante de carroças em Araguari foi Augusto Carpaneda, o qual produziu esses veículos por muitos anos, até que vendeu sua indústria para Samuel Santos. Logo após, o estabelecimento passou para uma firma composta pelos senhores: Eugênio Nasciutti, Nicolau Dorázio e Carlos de Tano. E, finalmente, ficou apenas nas mãos de Eugênio Nasciutti, que ampliou suas oficinas com máquinas modernas, fornos de fundição, ferraria e marcenaria. Luiz Nasciutti, um dos melhores torneiros da cidade, montou em 1933 uma oficina para reparação de automóveis. Em 1939, os irmãos Luiz e João Nasciutti organizaram uma grande oficina mecânica, com fabrico de carroças, serviço de carpintaria, serralha e outros. Foram eles os primeiros fabricantes de caldeiras e auto-claves da cidade.

No início do século XX, os araguarinos ganharam uma fábrica de guaraná e cerveja. Seu proprietário foi Aziz Daher e com as dificuldades provocadas pela Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), penosamente, continuou fabricando bebidas alcoólicas, mas, em 1920, teve que desativar a fábrica. Depois desse período, Aziz Daher abriu outras fábricas. Uma delas, foi por ele em 1928, equipada com material moderno. Para tanto, ele se dirigiu a São Paulo, onde adquiriu o maquinário numa indústria do bairro Santana daquela capital. Surgiu daí o nome de “Guaraná Santana” e que foi vendida para Salvador Ribeiro, em 1933. Em 1934, Aziz Daher compra outra fábrica que era propriedade de Cezar Andreazini e leva consigo o nome de “Guaraná Santana”. Em 1948, os sobrinhos de Aziz Daher, Tufi e Karim Daher, passaram a dirigir a fábrica. Além dessa fábrica de bebidas, Araguari contou com outras do mesmo gênero, montadas também no início deste século, mas não perduraram. É o caso da primeira fábrica de cerveja, fundada em 1908, de propriedade de Braz Capone e que foi vendida, em 1912 à Guido Ungareli, pela importância de trezentos contos de réis. E também da Cervejaria Luiz Moretini

& Filhos, inaugurada, em 1917. Estas fábricas, da época, produziam cervejas claras e escuras, sendo muito apreciadas, e faziam pontos freqüentes de reuniões dos araguarinos, especialmente aos domingos, com grande número de freqüentadores.

A cidade possuiu três curtumes, dos quais dois funcionaram só até 1924, sendo propriedades de Limírio Salviano da Costa e de Augusto Nader, respectivamente. O curtume de Augusto Nader passou, posteriormente, para o Sr. Joaquim Tarcísio Açúcar. O terceiro curtume fora fundado em 1907 por Augusto de Lima e Paulino Abdala. Posteriormente, foi adquirido por Adalardo Pereira da Cunha, que fez grandes melhoramentos em suas instalações, formando a Chácara das Rosas no próprio local da indústria, ornamentada com jardins, tanques, repuxos e aquários. Anos depois, o curtume voltou à direção de Paulino Abdala e em 1925, esse estabelecimento funcionava sob a direção e propriedade da firma Mauro Santos, Paulino & Cia.

Também fizeram parte do surto industrial de Araguari as famosas “Charqueadas”. A primeira charqueada araguarina foi fundada por Dante Galassi, em 1916, tendo este vindo do Paraná para tal fim. Mais tarde, em 1918, Dante Galassi chama para a cidade, seu cunhado, Hugo Alessi, de cuja sociedade os negócios da charqueada se ampliaram e progrediram sob a nova denominação: Dante Galassi & Cia, chegando a abater por ano, 800 reses. A empresa era conhecida por Charqueada Progresso e em 1922, Dante Galassi retira-se da mesma.

Além das indústrias citadas acima, Araguari, na década de 40, possuiu uma fábrica de cortiça. A cortiça, para fins industriais, era proveniente de Portugal e da Espanha. Tinha larga aplicação industrial na preparação de câmaras isolantes e tampas para a indústria de refrigeração. Descobriram que Araguari é um município rico desta matéria prima, pois a “gordinha” lastra pelos cerrados, bastando manufacturá-la. A fábrica de cortiça foi instalada por José Alves Frazão.³⁵

1.6 - PECUÁRIA E AGRICULTURA

A pecuária em Araguari, data do século XIX, quando no Brasil teve início a entrada de uma raça de bois vindos da Índia, denominada Zebu. E os primeiros criadores foram, necessariamente, os primeiros importadores. O Triângulo Mineiro, região até então meramente agrícola, por volta de 1889 estava em crise, devido à enorme queda do preço dos cereais, o que levou muitos fazendeiros a se interessarem pela pecuária. O primeiro criador brasileiro a descer em solo indiano, com a finalidade única de adquirir Zebus, foi o araguarino Theophilo de Godoy, que partiu da cidade em 1893, voltando no ano seguinte (1894). Devido ao sucesso da primeira viagem, foram realizadas mais duas viagens (1903 e 1906). Posteriormente, foram importadas grandes quantidades de gado holandês e suíço, sendo que o primeiro mais se adaptou a nossa região, e do seu cruzamento com o indiano, surgiu o Girolando.

No Triângulo Mineiro, a figura do invernista é muito forte. Invernista é o fazendeiro que engorda o boi para abate. No passado, mais ou menos em 1930, o primeiro invernista em Araguari foi Miguel Debs, cuja fazenda era situada no Pontal (Porto dos Velosos), onde hoje dá acesso à Ponte Quinca Mariano. Esse gado gordo era quase todo exportado para São Paulo, pois na cidade faltavam mercado e charqueadas para grandes abates.³⁶

A agricultura foi a principal atividade econômica da Araguari, desde o início, a produção de cereais (arroz e milho) se destacou, não só para o consumo interno, mas, também para a exportação. É um município que possui boa situação geográfica, topografia favorável à mecanização agrícola, solos de boa fertilidade, com grande potencial produtivo, sem esquecer os cerrados que fazem parte da vegetação do município. No início da exploração da região, as pessoas só ocupavam as terras férteis (terra de cultura), plantando nelas os gêneros de subsistência. Com o passar do tempo, a alta produtividade levou

³⁵ *Jornal Gazeta do Triângulo*, 13/07/1945, p.1.

³⁶ *Jornal Albor*, 01/05/1940, p.2.

Araguari a figurar no Estado como dos grandes produtores de arroz e milho. Na época áurea da rizicultura, destaca-se a figura de Eduardo Montes, que, vindo de Nova Ponte, em 1918, estabeleceu-se na Fazenda Fundão, onde se dedicou, com toda a família, na cultura do arroz.

No final da década de 30, chegaram ao município os dois primeiros tratores a serem utilizados na agricultura. Foram adquiridos por Miguel Debs, proprietário da Fazenda Pontal. Esses tratores eram da marca “Case” e “John Deere”, sendo, importados dos Estados Unidos, desmontados, em caixas, e montados na própria fazenda. No primeiro ano da experiência com os tratores, foram plantados cerca de 1500 hectares de lavouras.³⁷

1.7 - SAÚDE E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Em 1918 foi inaugurado em Araguari a Santa Casa de Misericórdia, o primeiro hospital, sendo fundadores Euflosino de Oliveira, Gabriel de Alencar Ferreira, Adolfo Carlos Carísio, Lutero Vieira, Joaquim Barbosa e Moisés Rodrigues Alves. Na década de 20, foram construídas em Araguari, mais dois hospitais. Primeiro foi a casa de Saúde Santa Marta, fundada por Clemente de Magalhães e J. de Alcântara. Em 1926, foi construída a Casa de Saúde São Sebastião, fundada por José Jehovah Santos e Manoel Musa.

O ano de 1911 foi marcado pelo trágico surto de epidemia de varíola, que matou muita gente em Araguari, além de deixar dezenas com a pele manchada. O acontecimento foi pavoroso e alarmante para a população. No ano de 1918, os araguarinos também padeceram com a famosa “gripe espanhola”, da qual se diz que matou mais gente do que a 1ª Guerra Mundial. De fato, ela assolou a comunidade, vitimando centenas de pessoas, as que conseguiram debelar a doença, ficaram com seus resquícios pelo resto de suas vidas.

Anos depois, o Jornal Albor noticiava:

“Em meados de setembro de 1918 a famigerada gripe espanhola (influenza) foi identificada no Brasil. Acredita-se que veio a bordo de um vapor inglês que atracou no Recife, Salvador e Rio de Janeiro, onde foram constatadas as primeiras vítimas. Em fins de outubro a doença se alastrou por todo o país. O presidente Rodrigues Alves, eleito pela 2ª vez, é acometido de “gripe espanhola, não pode tomar posse a 15 de novembro, vindo a falecer. O presidente seria mais uma vítima da epidemia que arrasou países da Europa, Ásia e América, ceifando vidas na ordem de 20 milhões de pessoas, entre 600 milhões infectadas em quase todos os continentes.”³⁸

1.8 - PRAÇAS, RUAS E AVENIDAS

A partir da Lei nº50, de 4 de fevereiro de 1898, ficou determinado que se fizesse o alinhamento, nivelamento e a demarcação das praças, ruas e avenidas da cidade. Foi o primeiro planejamento e modelamento de Araguari, pois, em cumprimento à referida lei, o engenheiro Achilles Widulich fez uma planta, demarcando os logradouros por números. No que concerne a essa necessidade de planejamento urbano, são valiosas as contribuições de Murilo:

“Em tal momento, ainda mais quando se trata de pontos tão cheios de gente e de interesses, ou seja, as concentrações urbanas, o plano das mesmas, a planta de um novo bairro ou loteamento, de uma quadra ou de seus lotes, a fronteira de rua com cada um e dos lotes entre si, passam a exigir outra precisão, medição e demarcação.”³⁹

Em 17 de outubro de 1901, a Lei nº96 mudou de números para nomes a denominação das ruas e avenidas. Com a promulgação das Leis nº150, de 7 de setembro de 1911 e nº205, de 10 de novembro de 1918, houve novas modificações. Não só as ruas e avenidas de Araguari sofreram mudanças de denominação, as praças também passaram por este processo, através da Lei nº266 da década de 20 e do Decreto-Lei nº22 de 20 de julho de 1938.⁴⁰

Segundo Nelson Saldanha:

“(...) a praça integra organicamente o conjunto formado pela cidade, mas ao mesmo tempo “está” nele como um espaço – quase uma clareira – surgindo pelo distanciamento entre determinadas porções construídas. A praça ‘nega’

³⁷ *Jornal Gazeta do Triângulo*, 11/11/1939, p.2.

³⁸ *Jornal Albor*, 30/10/1928, p.2.

³⁹ MARX, Murilo. *Op Cit*, p.127.

⁴⁰ *Jornal Botija Parda*, 28/08/1978, p.2.

a continuidade das edificações, mas ao mesmo tempo ela é, em certo sentido a essência da cidade” ⁴¹

É interessante lembrar que, junto com a história das praças, acompanha a história dos famosos pontos de charretes e, posteriormente, de táxis que lá existiram e que tiveram tradição. Na década de 40, o famoso Ponto São João, localizado na Praça Manoel Bonito, teve sua fase áurea nos períodos em que as estradas de ferro Mogiana e Goiás eram o principal meio de transporte.

No horário de chegada do trem de passageiros, os motoristas do ponto estavam sempre presentes na estação, oferecendo seus serviços aos passageiros que tinham destino longe da ferrovia. ⁴²

1.9 - ASPECTOS MILITARES

No início do século XX, certos coronéis, que faziam parte da Guarda Municipal, fizeram e mantiveram a Lei através dos seus subordinados. Isso perdurou até o ano de 1916, quando foi instalado o Tiro de Guerra, que era um tipo de corporação militar destinada a cidades onde não havia batalhões sediados.

Em 1932, nas dependências do Colégio Regina Pacis, foi instalada a Escola de Instrução Militar nº352 (E.I.M). Essas E.I.M eram instaladas em estabelecimentos de ensino que possuíam grande número de alunos do sexo masculino, internos e externos, onde as instruções militares passavam a fazer parte do currículo da escola. ⁴³

As quatro primeiras décadas deste século foram marcantes para a conformação da paisagem urbana de Araguari. Vimos que a cidade aos poucos vai mudando sua fisionomia segundo as necessidades e a complexidade do espaço urbano. Com o surgimento e a incrementação do patrimônio privado, o crescimento da malha urbana se torna inevitável. Muitas vezes o valor

⁴¹ SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça: o privado e o público na vida social e histórica*. São Paulo: Edusp, 1993, p.14.

⁴² *Jornal Gazeta do Triângulo*, 29/12/1948, p.2.

⁴³ *Idem*, 25/01/1943, p.2.

comercial das parcelas do território urbano faz com que interesses particulares se sobreponham de maneira ostensiva dos interesses da coletividade.

Este é um dos maiores problemas dos centros urbanos que acabam explorando ao máximo o potencial da cidade visando o lucro. Assim é importante que uma cidade como Araguari, guarde viva a sua memória. Não apenas com a preservação de algumas edificações, referências da cena urbana, mas também do cotidiano de seus moradores na cidade.

É NESSE CONTEXTO AMPLO DE URBANIZAÇÃO E DE MODIFICAÇÃO DE SUA PAISAGEM E COSTUMES QUE A CIDADE COMEÇOU A RECEBER NO INÍCIO DO SÉCULO XX, OS PRIMEIROS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE, É A IMPLANTAÇÃO DESTES SERVIÇOS QUE DISCUTIREMOS NO PRÓXIMO CAPÍTULO.

CAPÍTULO II

A ENERGIA ELÉTRICA EM ARAGUARI NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Com o progresso que se verificava na cidade, o povo ansiava pela conquista de iluminação, que proporcionasse condições de desenvolvimento, passeios e visitas noturnas. De desenvolvimento, pelas extraordinárias vantagens que a energia proporcionava; de passeios pelas ruas, com propósito de namorar, de encontrar-se, porque ainda se verificavam resquícios do rigor dos pais sobre as filhas, não permitindo liberdade de sair, principalmente na calada da noite, o que era costume no século XIX e na primeira metade do século XX; de visitas noturnas, a fim de consolidar amizades entre parentes e amigos que, muitas vezes, dedicavam o dia ao trabalho, que tomava longas horas.

Um dos mais antigos a idealizar a conquista foi o padre Augusto Teodoro da Rocha Maia, que em 1905, introduziu iluminação na antiga Igreja Matriz.

Assim noticiou o jornal local da época, sobre os primeiros experimentos do padre sobre o sonho da iluminação:

“(...) À noite, foi um Deus nos acuda, porque era visível de vários pontos da cidade, quando o padre colocou fogo e o gás acetileno iluminou o adro. O clarão escapuliu pelas portas e janelas, perdendo-se pelo espaço à fora. Era o ano de 1905, pelo natal. Pode-se imaginar o espanto de milhares de pessoas que estavam acostumadas apenas à mortiça luz da lamparina ou da candeia...”¹

Em fevereiro de 1907, o agente-executivo municipal combinara com particulares e comerciantes para instalarem lâmpões à frente de suas casas, para iluminação à gás, fornecendo a Câmara o carbureto para seu custeio. Tentava-se por em prática a inspiração realizada em Uberabinha.² Em fevereiro de 1908, foi

¹ *Jornal Araguay*, 10/10/1910, p.1.

² *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari*, 15/02/1907, p.13.

introduzido a iluminação de gás acetileno na casa do Major João Gonçalves Mocinho e na farmácia Esperança de Delarmando Cardoso, localizada, desde 1906, na Rua do Comércio (atual Rua DrºAfrânio), esquina com a Praça da Matriz (atual Praça Nilo Tabuquini).³

Através da Lei nº 133, de 8 de agosto de 1908, concede-se privilégio, por 25 anos, aos cidadãos Tenente-Coronel Augusto de Lima e Capitão Francisco Sócrates de Sá, para a instalação da energia elétrica em Araguari, como consta na ata da Câmara Municipal:

*“... Art.1º - Fica o Presidente e Agente Executivo Municipal autorizado a conceder aos proponentes Augusto de Lima e Francisco Sócrates de Sá ou a empresa que os mesmos organizarem privilégio por vinte e cinco anos para instalação, uso e gozo de força e luz para abastecimento desta cidade.”*⁴

O contrato foi assinado no dia 15 de maio de 1909, entre a câmara, na pessoa do Agente Executivo, Tenente-Coronel Olímpio Ferreira dos Santos e, como outorgados concessionários, os cidadãos Tenente Coronel Augusto de Lima e Capitão Francisco Sócrates de Sá. Documento longo, trinta itens, dez páginas manuscritas, tendo como testemunho Teófilo Perfeito e Josias Batista Leite. Registrado pelo escriturário Luís Soares de Almeida, apresenta tópicos interessantes:

“ 1 – Iluminação de ruas e praças por meio de lâmpadas incandescentes de 32 velas cada uma, espaçadas de 30 em 30 metros, nas ruas centrais, e de 50 a 70 nas ruas e praças afastadas. Total mínimo, 200 lâmpadas.

2 – Os contratantes poderão substituir uma ou mais lâmpadas incandescentes por lâmpadas de arco, cuja força iluminativa e distância uma da outra sejam equivalentes às das lâmpadas substituídas.

3 – Os postes para as linhas aéreas serão de aço, ferro ou madeira.

4 – Horas da iluminação pública: de 20 de setembro a 20 de março, das 7 da noite às 5 da manhã; de 21 de março a 19 de setembro, das 6 da tarde às 6 da manhã.

5 – Serviços internos das casas e dependências particulares, por conta dos interessados. Preço por mês: até 3 mil réis, por lâmpada de 10 velas; 5 mil réis,

³ *Jornal Araguari*, Op. cit, p.2.

⁴ *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari*, 08/08/1908, p.69.

por lâmpada de 16 velas; sete mil e oitocentos réis por lâmpada de 32 velas; 18 mil réis por lâmpada de 60 velas; 30 mil réis por lâmpada de 120 velas.

6 – O pagamento de iluminação particular será feito adiantadamente de 1º a 15 de cada mês. O remisso será privado de luz.

7 – A Câmara cederá seus terrenos e fará desapropriação por utilidade pública. A empresa desfrutará de isenção completa de impostos municipais. Terá direito de desapropriação por utilidade pública dos terrenos necessários aos seus estabelecimentos, estações, transformadores, postes etc. Correm por conta dos contratantes as indenizações, despesas respectivas, ligando seus estabelecimentos por linhas telefônicas assentadas nos lugares mais convenientes.

8 – A câmara pagará subvenção anual de 80 mil réis por lâmpada de 32 velas, até o número de 100. O que exceder, à razão de 60 mil réis, pagamento em 4 prestações trimestrais. O número de lâmpadas não poderá ser reduzido após o contrato.

9 – Interrupção de iluminação pública ou particular por mais de 60 dias será punida com multa de um conto de réis. No caso de suspensão de energia por 24 horas, será descontado o valor relativo à falta verificada.

10 – Pelo atraso, a administração pagará juros de UM POR CENTO AO MÊS. Se dentro de 100 dias não forem resgatados os atrasos, haverá multa de 500\$000; se os contratantes não receberem dentro de mais de 90 dias, poderão suprimir a iluminação pública, até que se altere o pagamento, com juros e multa, com direito de receber o tempo em que não tiver funcionado a energia.

11 – Expressamente proibido, sob pena de 500 mil réis de multa e dobro na reincidência, amarrar animais nos postes elétricos ou pregar cartazes e anúncios.

12 – Quem destruir ou danificar colunas, aparelhos e edifícios da iluminação será responsável pelo prejuízo. A municipalidade promulgará leis que garantem punição dos culpados, obrigando-os à indenização...”⁵

Na sessão de 20 de setembro de 1909, os concessionários do privilégio entraram com pedido de modificação do contrato: ao invés de aproveitar algumas das quedas de água existentes no município, entrariam em acordo com a Empresa Força e Luz de Uberabinha, para obtenção da energia, dentro do prazo fixado.⁶ Em 15 de janeiro de 1910, o Agente Executivo Olímpio Ferreira dos Santos, apresenta seu parecer:

“... Manifestou-se favorável ao pedido do privilégio, sem aumento de ônus e resguardados seus direitos. Modificaram-se diversas cláusulas, como aumento para 280 lâmpadas de 32 velas, que no contrato anterior era de 200 lâmpadas, pelo mesmo preço 14.000\$000 por ano. Seria feita iluminação da Câmara, Grupo Escolar, Matadouro, Mercado e Fórum, até o limite de 300 lâmpadas. (...) A instalação foi orçada em 90.000\$000, o que ficaria reduzido para 80.000\$000 se por ventura se conseguisse isenção de direitos alfandegários, porque o material

⁵ Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari, 15/05/1909, pp.07-08.

⁶ Idem, 20/09/1909, p.71.

necessário é importado e os dois concessionários pediram isenção ao Ministro da Fazenda, por intermédio da Câmara. A empresa de Uberabinha, que dispunha de capacidade, cederia a força para iluminação pública, particular e industrial, presente e futura...”⁷

Na mesma sessão, a Comissão de Finanças, formada por Nicanor de Sousa, Lindolfo França Dofico e Olinto Veloso, apresentou projeto alterando o inicial. Facultava-se a transferência do privilégio a terceiros, sem aumento de ônus, resguardados os direitos da municipalidade, sendo aprovado.

Na sessão de 27 de janeiro de 1910, os beneficiados voltaram ao assunto, pedindo que a Câmara adicionasse ao contrato, por lei regular, garantia de uma das fontes de renda, que poderia ser o Matadouro Municipal. Isto no caso de não entrar com o dinheiro das prestações a que se obrigava pelo mesmo contrato, a fim de atender exigência da Companhia de Eletricidade Paulista, única que ofereceria melhores vantagens à realização pronta do empreendimento. A resposta foi breve, aceitando modificação do documento, dando-se por garantia a verba do imposto municipal sobre indústrias e profissões, nas seguintes condições:

“...Marcou-se que a iluminação se efetuasse no prazo de 9 meses, com multa trimestral de 500\$000 pelo tempo que excedesse. Acrescentou-se a obrigação de fornecer gratuitamente as lâmpadas para a Casa de Caridade que se criassem na cidade...”⁸

Porém, essa primeira tentativa de instalação de luz elétrica em Araguari não foi bem sucedida. Não sabemos se os proponentes não conseguiram manter o contrato ou desistiram do projeto por algum motivo. Sabemos somente que o contrato foi cancelado pela Lei nº151, de 20 de novembro de 1911.⁹ O projeto era para abastecimento em âmbito municipal, visto que, em 1908, só alguns pontos comerciais da cidade eram iluminados com gás acetileno.

⁷ *Idem*, 15/01/1910, p.93.

⁸ *Idem*, 27/01/1910, p.95.

⁹ Jornal Botija Parda, 28/08/1978, p.2.

Fracassado o plano Augusto de Lima, em 1910 outro projeto, dessa vez a cargo de Galileu Bonetto, teve pleno resultado, se bem que limitado a logradouros centrais importantes:

“Já é realidade a iluminação electrica nesta cidade. Verificou-se com magnífico êxito a experiência feita na noite do dia 8 do corrente da iluminação pública. O efeito excedeu a expectativa. O povo exultou de júbilo, as famílias percorriam as ruas alegremente gozando do elegante aspecto que assumiu a cidade a bella e galharda iluminação electrica. O Sr. Galileu Bonetto foi muito felicitado pelo feliz êxito da experiência da luz e fez-se alvo de merecidos elogios pela habilidade com que dirigiu o complicadíssimo serviço tecnico das instalações. Também merecem elogios os seus dignos auxiliares Srs. José Parolin, Quinquim Gomes, Nhonhô Santos e Tonico Teixeira (...). No mesmo dia de experiência, por iniciativa do major Marciano Santos e de acordo com o Sr. Coronel agente executivo, foi resolvido realizaram-se festas populares no dia da inauguração. O Sr. Dr. Gabriel Bittencourt aceitou o encargo de organizar uma comissão composta de representantes da municipalidade, do comércio, da indústria para resolver sobre a programação e do dia da inauguração official (sic).”¹⁰

Nos primeiros dias de fornecimento de energia elétrica, os araguarinos nada pagaram; porém, a partir do mês seguinte, já seriam cobradas as taxas fixas aos usuários, uma vez que ainda não havia medidores. Eis o aviso nesse sentido:

“O abaixo assignado, gerente da Empresa Força e Luz desta cidade avisa aos Srs. Consumidores que, do dia 1º de novembro em diante, começará a promover as arrecadações das importâncias dos fornecimentos da luz particular. A primeira prestação será correspondente ao consumo de dois meses, ficando a importância de um mez considerada como depósito para garantia da Empresa. As pessoas que se retirarem do logar ou não quizerem mais utilizarem da luz será devolvida a importância do depósito. As arrecadações serão feitas do dia 1 a 10 de cada mez, e na falta de pagamento será cortada a luz do consumidor. Araguay, 25 de outubro de 1910. Galileu Bonetto (sic)”¹¹

Na sessão de 28 de outubro de 1910, lê-se o ofício assinado por Galileu Bonetto, representante da Empresa Força e Luz de Araguay, informando que no dia 1º de novembro estarão terminados os trabalhos de instalação pública e iluminação da cidade, convidando a Câmara, de acordo com o contrato firmado, a

¹⁰ *Jornal Araguay*, 10/10/1910, p.1.

¹¹ *Idem*, 29/10/1910, p.3.

receber a iluminação, cujo pagamento correrá por conta da Câmara a partir da citada data.¹²

Interessante observar que no livro de atas não se registra antes de 28 de outubro de 1910, nenhum contato, com Galileu Bonetto. Acompanhando reportagens publicadas no Jornal Araguay, verificamos os seguintes detalhes: estavam marcadas para setembro as experiências destinadas a testar a iluminação, o que entretanto não se realizou, por motivo de força maior: falta de fios transmissores à usina e de fios para as ligações particulares. Na oportunidade, pedia-se que os moradores refizessem os danos verificados nas residências e nas casas comerciais com os fios.

Como preparativos das solenidades, havia necessidade de consertos e retoques de paredes e muros, que deviam ser rebocados e caiados, bem como outros anseios às frentes das casas; o agente executivo promoveria desobstrução das ruas, limpezas e consertos necessários. Conclamava-se ao povo para, sem exceção de ninguém, sair às ruas e acompanhar o melhoramento, como se vê no seguinte trecho transcrito do Jornal Araguay:

“LUZ ELECTRICA

Apello aos particulares.

Si bem que seja de acordo com as posturas obrigação dos habitantes da cidade conservarem suas cazas asseadas, aproximando-se a inauguração da luz electrica, o que de certo atrahira pessoas de outras localidades, as quaes venhão nos visitar por essa occasião, dirijo um apello a população da cidade para que faça no mais curto prazo possível o embelezamento de suas residências, conservando limpa suas frentes para assim auxiliarem á Câmara que apesar de se ter sacrificado pelo melhoramento, que agora vai se inaugurar, fará tão bem os reparos reclamados nas ruas da cidade.

Ara, 14 de 10 de 1910

Oly. Santos – Agente Executivo (sic)”¹³

A iluminação elétrica nos princípios deste século, apesar do seu fraco potencial, foi um acontecimento marcante para os araguarinos. Sua

¹² Livro de Atas da Câmara Municipal de Araguari, 28/10/1910, p.20.

¹³ Jornal Araguay, 17/10/1910, p.3.

comemoração, na época, foi contada em prosa e verso, sendo a manchete marcante nos jornais:

“Conforme estava anunciado, realizou-se no dia 6 do corrente a inauguração official da iluminação electrica nesta cidade (...) Sabbado, vespera do dia 6, houve a recepção da banda musical, “União Uberabense”, que esteve imponentíssima. A cidade então já apresentava um bello aspecto, devido a ornamentação e asseio das ruas e aglomeração do povo que afluía de outros logares. Desde as 5 horas da tarde que as famílias e cavalheiros dirigiam-se a Estação da Mogiana, onde o povo regurgitava formando uma massa compacta. A estação, garridamente enfeitava graças a habilidade das senhoritas Ottilia e Iricina Barros (...). As 6 horas e 25 minutos encontrava o rápido comboiando seis vagões em que vinham a banda “União Uberabense”, habilmente dirigida pelo maestro Carlos Marici do Nascimento (...). Nesse momento foram soltados innumeros rojões e a banda local “União Operaria” executou uma linda e entusiastica peça (...) Após os cumprimentos (...) formou-se uma bonita “Marche em Flambeaux” e mais atraz a “Operaria”, as quais, durante todo o trajeto, executaram alegres e harmoniosas composições musicais. O prestito, que tinha um aspecto magnífico, pela profusão de tochas luminosas, desceu a rua da Estação, percorreu a rua do Commercio e Dr. Afrânio até o hotel dos viajantes, onde o povo dispersou-se e a banda Uberabense hospedou-se (...) Ao romper da aurora do dia 6, a população despertada pelo troar successivo de salvas de 21 tiros em três diferentes pontos da cidade, onde as três bandas tocavam alvorada (...) As 9 horas da manhã realizou-se no adro da Igreja Matriz a solenne missa campal (...) Pouco depois do meio dia começou a affluir o povo para o Largo dos Protestantes onde, conforme prometia o programma, devia realizar-se a grande Kermesse. A ornamentação do Largo era esplendida, estando erguidas ahi três bonitos coretos destinados às corporações musicaes (...) Cerca de 4 horas da tarde fechou-se a Kermesse, que esteve animadíssima, descendo as bandas para irem jantar e dispersando o povo (...). As 5 horas e meia de novo o povo voltava ao Largo onde devia realizar-se a Retreta, retornando as bandas nos seus respectivos logares (...) As 7 horas da noite, estando já a cidade toda illuminada, e especialmente o Largo com innumeraveis lâmpadas de cores, teve lugar a Inauguração Official da iluminação electrica. Do coreto central falou por parte da Empresa Força e Luz o Sr. Dr. Gabriel Bittencourt que, em brilhante discurso, fez a entrega da iluminação publica a Câmara (...) Foi executado o hynno Nacional pela tres bandas successivamente (...). Depois de mais algumas execuções musicaes, organizou-se uma grande passeiata que se dividiu em dois grandes grupos seguindo por diferentes ruas, precedidos da “União Uberabense” e “União Operária”. A “União Araguaryna” não tomou parte na pesseiata por ter seguido para o Íris Cinema, onde fora tocar no espetáculo. Os préstitos assim organizados visitaram a imprensa local, a Empresa Força e Luz, e outras casas particulares, dirigindo-se depois a banda Uberabense para o prédio estadual onde ia realizar-se o sumptuoso Baile, dispersando-se então o povo na maior ordem. A essa hora já o prédio estadual, luxuosamente ornamentado e illuminado, achava-se repleto de cavalheiros, senhoras e senhoritas da nossa melhor sociedade. O baile durou toda a noite (...) Pelo salão, com novo aspecto pela “luz electrica”, rodopiaram os pares podendo contemplar com nitidez os

*companheiros de dança e lançar o flerte delicioso na concretização de belos sonhos de esperança e amor”.*¹⁴

Em 1910, Araguari recebeu o primeiro serviço público de distribuição de energia elétrica, realizado pela empresa Força e Luz de Araguay que instalou um gerador de pequena capacidade, fornecendo energia elétrica residencial e para a iluminação pública. O capital de Constituição da Empresa Força e Luz de Araguay, em sua maior parte, pertencia à família Lemos da Silva.¹⁵

Como já foi dito, desde 6 de novembro de 1910, Araguari possui energia elétrica, que inicialmente pertenceu à Empresa Força e Luz de Araguay, cujo capital de constituição, em sua maior parte, pertencia à família Lemos da Silva.

Com o aumento do consumo de energia elétrica e a necessidade de se produzir mais, teve início, em 1923, a construção e instalação da Usina do Piçarrão, a 11 Km da cidade, sendo utilizada uma cachoeira daquele ribeirão que oferece 51 metros de queda d'água. Esse serviço foi concluído em 1925, sendo instalados dois geradores de 500 KV cada um, passando a produzir energia em abundância, para a época, permitindo a instalação de uma linha de transmissão de 2,2 KV, abastecendo, inclusive, a vizinha cidade de Uberabinha (Uberlândia). Essa ligação para aquela cidade foi desativada tempos depois, a partir do funcionamento da Usina dos Dias.

Em 1948, deu-se o contrário: com a instalação da Usina dos Martins, no Rio Uberabinha, foi instalada uma linha de transmissão, capacidade de 37.0 KV, para completar o abastecimento de Araguari, para o qual, devido ao seu grande desenvolvimento, a Usina do Piçarrão já era insuficiente.

¹⁴ *Idem*, 12/11/1910, p.1.

¹⁵ *Jornal Botija Parda*, 28/08/1978, p.2.

A administração da Companhia Prada de Eletricidade contou, de 1925 a 1948, com os seguintes gerentes: de 25 a 29 – Sr. Catapan; de 30 a 33 – Sr. Galli; de 34 a 37 – Sr. Fernando Mistrorrigo e de 38 a 48 – Sr. Paulo Meyer Muller.

No ano de 1930, a sede da Cia. Prada (Rua Drº Afrânio), foi reformada e reestruturada para dar melhores condições ao funcionamento interno. Na parte da edificação voltada para a Rua Rio Branco, havia um depósito de ferramentas e de material de emergência; anexo funcionava uma garagem para dois veículos e instalação sanitária para funcionários. Do lado esquerdo havia um arquivo e um cômodo separado, para café e descanso. Em anexo havia outra dependência que servia como sala do chefe dos eletricitas, era ele quem distribuía os serviços. Ao lado tinha o almoxarifado, local onde era guardado o material de extensão da rede (baixa e alta tensão), isoladores e todo o material que a Cia necessitava.¹⁵

A década de 1930, em Araguari é marcada por um alto crescimento industrial, comercial e conseqüentemente, populacional. Este fato se justifica devido a quantidade de energia elétrica disponível na cidade e também pelas estradas de ferro Mogiana e Goiás.

Neste contexto, começam a surgir reivindicações nos jornais locais:

“Falta de iluminação (...) Queixám-se, e com toda razão, os moradores da Rua Pará, no trecho compreendido entre a Praça João Pinheiro e a Rua Padre Lafayette, da falta absoluta de luz naquella via publica, que não póde continuar ás escuras. Realmente, si a prefeitura entendeu de conveniencia publica o alargamento dessa rua, onde o transito nocturno não é pequeno, devia, por outro lado, mandar que se procedessem logo aos serviços de assentamento dos fios de iluminação, como se fez em outras ruas conhecidas, menos importantes, dos suburbios da cidade. Urge uma providencia neste sentido, pois os que ali residem tambem contribuem para os cofres municipais (sic).”¹⁶

¹⁵ *Jornal Araguary*, 08/07/1930, p.1

¹⁶ *Jornal O Triângulo*, 21/02/1932, p.2.

Apesar da energia elétrica disponível, percebemos que a mesma era fornecida de Segunda à Sábado, até o início de 1932, como nos mostra o Jornal O Triângulo:

*“Empreza Força e Luz de Araguay
Aviso
Lembramos que a partir do dia 7 de Fevereiro p.findo esta empreza iniciou o serviço de fornecimento contínuo da energia nos dias de Domingo.
p. Empresa Força e Luz
D.Galli
Araguary, 12 de março de 1932 (sic).”*¹⁷

Percebemos através de vários anúncios em jornais que a Empresa Força e Luz de Araguari, possuía outras atividades:

*“Empresa Força e Luz de Araguay
Batalha, economia e progresso...
Haverá dona de casa que por seguir a rotina dos systemas antigos se prive do conforto e liberdade que uma casa provida de aparelhos electricos lhe faculte?
Ferros electricos, chaleiras, Aquecedores, Fogões, ventiladores, geladeiras, aspiradores de pó, enceradeiras, bombas e motores electricos proporcionam Limpeza, hygiene, conforto e economia.
EXPERIMENTEM:
A empresa Força e Luz de Araguari faz qualquer installação electrica e vende os materiaes electricos melhores, ao preço mais barato.
Peçam orçamentos e listas de preços
Escriptorio: - Rua Drº Afrânio, 16 – Araguay – Minas (sic).”*¹⁸

No ano de 1932, a Usina do Piçarrão começa à sofrer problemas técnicos e a Empresa Força e Luz de Araguari “maqueia” o fato da seguinte forma:

*“Empresa Força e Luz de Araguay
Avisa

Que hoje, dia 3 de julho, haverá interrupção total do serviço de luz e força desde 7 horas da manhã até ás 14 ½ horas da tarde, devido á necessidade de executar alguns trabalhos de conservação nas obras da usina.
A gerencia (sic).”*¹⁹

¹⁷ *Idem*, 13/03/1932, p.8.

¹⁸ *Idem*, 20/03/1932, p.4.

¹⁹ *Idem*, 03/07/1932, p.7.

Dias depois, ocorre um “apagão”, mostrando a fragilidade do sistema elétrico da empresa Força e Luz de Araguari, como noticia O Triângulo:

“Perversidade

Quinta-feira ultima, por volta das 21 horas, a nossa cidade ficou completamente às escuras, apagando-se a iluminação electrica, em cujo estado permaneceu até pouco depois das 24 horas, quando foi restabelecida a luz, tendo causado tal anomalia, como era natural, certo panico às famílias araguarynas.

Felizmente, porem a gerencia da Empresa Força e Luz deu imediatamente, as providencias que o caso requeria, de fórma que, num espaço de menos de treis horas, poude restabelecer toda a iluminação, verificando concomitantemente que a interrupção foi produzida por um pedaço de arame farpado collocado criminosamente, há treis kilometros da Usina, na rêde adductora de energia electrica, o que provocou um curto circuito que fez apagar a iluminação.

Do facro criminoso tomou conhecimento a autoridade competente, que tem agido com energia para que mais senão reproduza semelhante atentado (sic).”²⁰

Os pagamentos pelo consumo de energia elétrica eram feitos adiantadamente, ou seja, os consumidores efetuavam depósitos para a garantia do abastecimento, como podemos observar:

“Empreza Força e Luz de Araguay

Aviso

Pedimos aos Consumidores que teem depositos nesta Empresa para garantia de consumo de Luz e Força, nos trazerem, para serem controllados com os nossos lançamentos, os seus talões de depositos.

Este nosso pedido tem em vista evitar aos Consumidores, no futuro, alguma dificuldade na liquidação de suas cauções.

Araguary, 15 de Dezembro de 1932.

*Domingos Galli,
Gerente (sic).”²¹*

Percebemos nesta edição do Jornal O Triângulo, o quanto era bem relacionado o gerente da Empresa de Força e Luz de Araguari, através da seguinte notícia:

²⁰ *Idem*, 24/07/1932, p.4.

“Contracto de casamento

*Está contractado o enlace matrimonial da prendada Calutinha Santos, dilecta filha do sr. Cel. Marciano Santos, banqueiro conceituado e político prestigioso, com o distinto moço sr. Dr. Domingos Galli, operoso gerente da Empresa Força e Luz de Araguay, com residencia nesta cidade. (sic)”*²²

Em balanço verificado no ano de 1932, a empresa Força e Luz de Araguari constatou um grande número de inadimplentes e que provocou a seguinte decisão, por parte da referida Empresa, no início do ano de 1933:

“AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ENERGIA ELECTRICA

*A Empresa Força e Luz de Araguay, por meio deste vem comunicar a VV.SS que por motivos imperiosos e muito contrarios a sua vontade, vê-se na emergencia de desligar a corrente electrica do consumidor que até o dia 10 de cada mez não houver pago no escriptorio desta empresa o seu consumo. Sendo esta uma medida de absoluta necessidade que será tomada com todo e qualquer consumidor, pede a valiosa atenção de VV.SS. Araguay, 1º -- 1933 Empresa Força e Luz de Araguay (sic).”*²³

A distribuição de energia elétrica era limitada às indústrias, comércios, órgãos públicos e região central da cidade, com poucas exceções aos subúrbios. Nota-se em vários anúncios de jornais, propagandas de lâmpadas á gasolina, demonstrando que a energia elétrica não era para todos:

*“Lampada a gazolina “Titus”
Sem pressão
40/120/200/500/750 velas*

*Luz maravilhosa e economica. Funcionamento impeccavel. Isenta de fumaça e de explosão. 15 modelos diferentes para salas, dormitorios, campo, cinemas, etc.
Walter Fernandes & Cia. Ltda
Rua 1º de Março, 105
1º and – Rio
End. Teleg. TITULANDI
Tel. 3-1065
Acceitam-se agentes no interior. Pecam catalogos com nova tabella de preços, para 1933. Preços a partir de Rs.65 \$ 800 (sic)”*²⁴

²¹ *Idem*, 18/12/1932, p.7.

²² *Idem*, *Idem*, p.8.

²³ *Idem*, 22/01/1933, p.6.

Em junho de 1933, voltam a ocorrer problemas na Usina do Piçarrão e por vários domingos, a população araguarina fica sem energia, como nos mostra o seguinte comunicado:

*“A Empresa Força e Luz de Araguay
Avisa*

*Que a partir de hoje, 4 de junho, e por alguns Domingos sucessivos, haverá interrupção total do serviço de luz e força, desde 9 horas da manhã até 15 horas da tarde, devido a necessidade de executar alguns trabalhos de conservação nas obras da usina.
A Gerencia (sic).”²⁵*

Em dezembro de 1933, a Empresa de Força e Luz de Araguari faz uma grande promoção, visando aumentar os seus lucros, através do seguinte anúncio:

“Ano novo vida nova”

Iniciando o Novo Ano, não continue no antiquado sistema de cosinhar e dos demais serviços domésticos. Seja prático, procure o seu conforto e economia, adaptando o seu lar de aparelhos eletricos indispensaveis como sejam: Fogões – Aquecedores – Ferros de engomar – Ventiladores – Fornos – Enceradeiras, etc. A Empresa Força e Luz de Araguari faz toda e qualquer demonstração que lhe for solicitada e oferece como brinde um mez gratuito de consumo (sic)”²⁶

Havia na cidade de Araguari, desde a década de 1910, uma famosa casa comercial, denominada Casa Aníbal de propriedade de Aníbal Alves Pereira. Após sua morte, seu filho, Joaquim Alves Pereira, assume a direção, juntamente com seu tio José Mateus Pereira e também com o Coronel Belchior de Godoy, sob a razão social de Pereira & Cia. Este estabelecimento foi o grande destaque do comércio local e regional, vendendo uma série de produtos e adotando o seguinte lema: “Tem de tudo”.

²⁴ *Idem*, 16/04/1933, p.4.

²⁵ *Idem*, 04/06/1933. p.8

²⁶ *Idem*, 24/12/1933, p.3.

Na década de 30, a Pereira & Cia era fabricante da querosene brilhante, bastante utilizada na época, devido a falta de energia elétrica, como diz o anúncio: “Use Kerozene extra Brilhante luz clara e forte o mais econômico (sic).”²⁷

Nesse período, surgem mais comodidades domésticas, oriundas dos benefícios da energia elétrica:

*“Cosa a eletricidade. Modernise a sua Machina de Costura collocando o pequeno motor Singer, que permittir-lhe-á coser sem esforço, fazendo tres vezes mais trabalho no mesmo espaço de tempo. Demonstrações na Agencia, á rua dr. Afrânio n.4 – A (sic).”*²⁸

No ano de 1934, começa a ser discutido na imprensa, a renovação ou não do contrato entre a Empresa de Força e Luz e a Prefeitura Municipal de Araguari, como nos mostra O Triângulo:

“Empresa Força e Luz

Já foi publicado no “Araguary” o projecto de reforma do contracto vigente formulado por essa empresa, propondo a prorrogação do praso por mais 15 annos, e a modificação de outras clausulas para o fornecimento de força e luz á população (...) Em caso contrario, isto é, si não convier á prefeitura assumir esse compromisso, também poderá acceitar a alludida proposta como está formulada, porque ella não corresponde á aspiração popular.

*A população não pode supportar por mais tempo as exigências caprichosas dessa empresa para abastecer-se dos effeitos da energia electrica, exigencias agora aggravadas com a obrigatoriedade do uso do medidor, que, conforme dispõe essa clausula do contracto, tornou mais caro o consummo da força motora e da luz, tanto para empresas industriaes como para as casas particulares... (sic).”*²⁹

Até o ano de 1934, a Empresa de Força e Luz de Araguari, promovia cobranças em domicílio, do consumo de energia elétrica, para aqueles que não faziam os depósitos para garantirem o consumo. Mas, esta prática foi logo abandonada, como nos mostra o seguinte aviso:

²⁷ *Idem*, 01/04/1934, p.3.

²⁸ *Idem*, 08/04/1934, p.3.

²⁹ *Idem*, 11/03/1934, p.2.

*“Empreza Força e Luz de Araguay
Aviso*

*Avisamos aos nossos consumidores que conforme comunicação feita a todos por meio de circulares, suprimimos, deste mez em deante, as cobranças a domicilio, dos nossos fornecimentos de luz e força. O prazo para o pagamento em nosso Escritorio é até o dia 20 de cada mez e o horário de recebimento é o seguinte: Das 8 ás 10 ½ manhã e das 12 ás 6 da tarde (sic).”*³⁰

Neste mesmo ano, surgiu em Araguari, a Companhia Melhoramento de Araguari, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento da cidade. A energia elétrica era uma das preocupações, como podemos perceber:

“Companhia Melhoramento de Araguay

*(...) Também foi dirigido um apello ao sr. Agostinho Prada, proprietario da Empresa Força e Luz deste município, no sentido do mesmo dispensar o seu valioso concurso em prol da Sociedade em organização (...)*³¹

No ano seguinte (1935), ocorre um fato que demonstra as precárias condições do sistema elétrico da Empresa Força e Luz de Araguari, a cidade ficou sem energia elétrica por mais de um mês, como nos mostra a seguinte notícia do Jornal O Triângulo:

“Araguary ás escuras

Desde alguns dias está a cidade em completa escuridão, devido a um imprevisto desmoronamento que se deu na usina da Empresa Força e Luz. Diante da latitude phantastica do occorrido, e apesar dos esforços do engenheiro da Empreza no sentido restabelecer o fornecimento de Luz e energia electricas a cidade até hoje não se pode consegui-lo. Mas, como se trata de um serviço de alta importancia para os interesses da Companhia, do commercio e das industrias locais, chegou a esta cidade, quinta-feira, o Superintendente geral da mesma, quenestes tres dias tem encarado a actual situação com a realidade e a atenção que se tornam necessarias. Além das grandes turmas de trabalhadores que collocou á frente dos serviços, o Superintendente e o engenheiro da Empreza estudam um plano de, ainda que provisoriamente fornecerem luz á população araguayna no mais curto prazo. Dest’arte, salvam-se os prejuízos dos que, com esse lamentavel acontecimento, vêm sendo sacrificados nos seus interesses particulares, com a paralysação de suas industrias.

³⁰ *Idem*, 05/08/1934, p.2.

³¹ *Idem*, 12/08/1934, p.8.

Porém, não se pode ainda precisar sem qual seja a medida a ser adoptada. Uns comentam que é viável a ligação da força electrica de Uberlândia, outras opinam por outros planos cujo alcance não discutimos, por escaparem á comprehensão dos leigos no assumpto.

O que muito nos interessa, e ao povo, é que qualquer medida capaz de acabar com esse estado de coisas seja posta em pratica, como o será em breve.

Desapparece, pois, com o restabelecimento da luz por systema provisório, os pretextos para malsinações acerbas e incriminações repetidas que se avolumavam, e se erguiam, dia a dia, contra a Empreza.

Assim fazendo, a Empreza Força e Luz vem beneficiar toda essa população sacrificada pela escuridão, e estamos certos de que por esses pouquíssimos dias tudo estará resolvido.

Ao povo de Araguay cabe, portanto, ter a necessária paciencia, visto que as providencias que a Comaphnia está tomando, energicamente, inspiram confiança e deixam crer que bre teremos luz, novamente (sic).³²

Mas, o problema não foi resolvido nos dias seguintes, como percebemos, na seguinte notícia de O Triângulo:

“Araguary sem luz e força

Araguary ainda continua ás escuras. A extensão do desmoronamento que produziu a grande ruptura no canal da represa fornecedora de água á usina electrica, é enorme, profunda mesmo. Dahi, porque, mau grado todas as promptas providencias e as medidas mais aconselhadas na afflictiva emergencia, postas em pratica, não foi possível ainda á Empresa Força e Luz deste município restabelecer, de qualquer forma, o fornecimento de luz e força motriz a população local. Para poder-se avaliar o vacuo ora ali existente, oriundo da destruição de uma boa parte do canal, mister se faz uma observação visual.

Indubitavelmente, como já se disse alhures, a nossa situação actual é angustiosa e os prejuijos della decorrentes são bastante elevados em consequencia da paralyção, quasé completa de todas as nossas linhas industriais, o que gradamente affectou o movimento commercial da praça.

A Empresa Força e Luz de Araguay está bem ao par de tudo isso. Ella não ignora a tremenda responsabilidade que lhes cabe, ainda que indirectamente, sobre o presente estado de cousas nesta cidade. Os seus dirigentes, por isso mesmo, conscios das graves consequencias que dahi poderão advir á Companhia, de que são proprietários, é justo que registremos, têm agido e continuam a agir, dentro das possibilidades do momento, com a energia que a summa gravidade do caso impõe, para que ao mesmo se dê uma prompta e satisfactoria solução, compatível com os interesses não somente de um reduzido numero de pessoas, mas da população inteira da Segunda cidade do triangulo mineiro.

E, seguramente informados por quem, para tanto, possui a autoridade necessaria, dos serviços que estão sendo realizados na Usina e dos demais passos ulteriores dados pela administração da Empresa, podemos transmittir á população araguaryna a noticia alviçareira de que, talvez, ainda hoje, veremos a

³² *Idem*, 13/01/1935, p.1.

nossa cidade novamente iluminada e os nossos motores em pleno funcionamento.

Entretanto, é bem possível que tal não aconteça, que hoje ainda não tenhamos nem luz e nem força, si por ventura não tiver sido terminado o serviço de collocação dos grandes tubos de ferro propulsores das machinas geradoras de electricidade. Neste caso, porém, é quase certo que, o mais tardar, até Terça-feira proxima, depois d'amanhã, se dará restabelecimento completo da força e luz. Mesmo assim, será um serviço provisório, mas eficiente, que durará o tempo necessario para se proceder á ligação da réde da nossa cidade á Usina de Uberlândia, também pertencente á mesma empresa do sr. Agostinho Prada, concessionária dos serviços de eletricidade neste município.

Revistamo-nos, pois, de mais paciência e coliemos em que, dentro do praso acima estipulado, Araguay voltará á vida normal de trabalho e tranquilidade (sic)³³

Durante este período de deficiência elétrica, os “boatos” sobre a encampação da Empresa Força e Luz de Araguari pela Prefeitura Municipal, se “espalha” pela cidade, como notamos no Jornal O Triângulo:

“Conforto domestico

(...) Todavia, o que nos interessa no momento, é que si neste boato, existe algum fundo de verdade, haverá naturalmente algum attricto, polemica, discussão, e a vontade da população será um factor preponderante na questão.

E, então, seria um momento opportuno para o proletariado conseguir um pouco mais de conforto para os seus lares, que de commum, tão tristonhos, com uma iluminação inadequada e defficientissima... (sic)³⁴

Percebemos a importância da energia elétrica para a cidade de Araguari, nas palavras do Prefeito José Jehovah Santos:

“(...) “Exmos. Srs. Membros do Conselho Consultivo

Como é do vosso conhecimento, um dos mais serios obstaculos ao desenvolvimento financeiro do município e á sua expansão economica consiste nas pesadas tarifas para o serviço de iluminação publica e particular da cidade.

Desde longa data a extincta Camara vinha se preocupando com este problema que avulta cada vez mais, impondo uma solução que attenda aos interesses envolvidos na respectiva concessão... (sic)³⁵

³³ *Idem*, 20/01/1935, p.1.

³⁴ *Idem*, 17/03/1935, p.2.

³⁵ *Idem*, 17/07/1935, p.2.

Meses depois, percebemos novamente, reclamações contra a Empresa de Força e Luz de Araguari, nos seguintes termos:

“(...) Expõe o Prefeito de A. que a empresa Força e Luz, em vista dos danos soffridos pela usina local, se limitou a concertal-a provisoriamente, providenciando uma ligação com a usina de Uberlândia, para fornecimento de luz e força para a população... (sic)”³⁶

No início do ano de 1936, as reclamações são cada vez mais incisivas e constantes:

“(...) E todos nós que aqui residimos supuzemos que, dentro de um anno, a Empreza Força e Luz de Araguay tivesse o tempo mais que necessario para effectuar as obras de reparação de que precisava a sua usina e regularizar totalmente os seus serviços de fornecimento de força motriz e luz, com a mesma intensidade existente naquelles bons tempos em que se dizia que a luz desta cidade era uma das melhores do Brasil Central. Entretanto, pesa-nos dizel-o, que tal não se deu, e o que presenciemos é a nossa urbs, de certo tempo a esta parte, muitissima mal servida de energia electrica, sendo geraes as reclamações populares contra a Empreza que explora taes serviços, queixas que cada dia mais se recrudescem (...) Outra irregularidade em que a Empresa Força e Luz de Araguay precisa pôr em termo, é o modo moroso como attende ás reclamações sobre irregularidades nas suas ligações... (sic)”³⁷

No ano de 1937, a situação da Empresa Força e Luz se torna crítica, como mostra a Gazeta do Triângulo:

É pessima a iluminação da cidade

A Empresa Força e Luz tem se descuidado bastante da iluminação pública da cidade, principalmente na sua parte suburbana. Notam-se diversas falhas da parte da Empreza, como sejam lampadas apagadas e contra essa irregularidade leva a Empreza Força e Luz muitos dias a tomar providencias. Sabemos que o povo das zonas prejudicadas já está cançado de reclamar a falha apontada, sem, até o presente, Ter sido attendido.

Tambem a iluminação do centro da cidade deixa muito a desejar. E nem logar como este, onde a luz e energia electricas são carissimas, mão vemos motivo para o conhecido descuido da parte da abastada Empreza.

Na certeza de que sejam tomadas providencias satisfactorias, deixamos aqui o nosso reparo e esperamos não ser compellidos a voltar ao assumpto (sic).”³⁸

³⁶ *Idem*, 05/01/1936, p.8.

³⁷ *Idem*, *Idem*, p.4.

³⁸ *Jornal Gazeta do Triângulo*, 28/03/1937, p.1.

Percebemos que as reclamações começam a ser atendidas, como nos mostra, a seguinte notícia:

“Melhorada a iluminação da rua Marciano Santos

Desde quarta feira ultima, a rua Marciano Santos, passou por uma reforma em sua iluminação.

Com o melhoramento referido, as lampadas foram retiradas dos postes que ficavam ao lado da rua e collocadas no seu centro.

Essa medida deu o resultado almejado, apresentando, agora, a rua Marciano Santos á noite, um aspecto mais agradável.

Tratando-se de uma via publica de grande movimento, com avultado número de casas comerciaes, agiu bem a Empreza Força e Luz em dando-lhe melhor iluminação.

Para isso contribuíram os esforços da administração municipal, aos quaes se deve o magnifico melhoramento (sic)”³⁹

No ano seguinte (1938) a Empresa começa a promover algumas modificações:

“Aviso

A Empreza Força e Luz de Araguay aos consumidores de energia electrica

A substituição de fusíveis e conceitos de installações de energia electrica a Forfait com mais de duas lâmpadas installadas, como também de todas as installações condemnadas de nosso serviço de fiscalisação, serão attendidas só e no limite das nossas possibilidades, no dia immediato da reclamação, depois de nova fiscalização. A Empreza, tendo fechado a sua secção de vendas de materiaes, não aceita mais empreitadas de installações, preferindo que estas sejam feitas por electricistas particulares, especializados em com carta reconhecida pela Empreza... (sic)”⁴⁰

Em 1941, o Presidente da República Getúlio Vargas, faz a seguinte concessão à Empresa Força e Luz de Araguari:

“ (...) O Presidente da República outorga à Empreza concessionária dos serviços públicos de energia elétrica deste município concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira dos Martins...(sic)”⁴¹

³⁹ *Idem*, 06/06/1937, p.1.

⁴⁰ *Idem*, 02/10/1938, p.4.

⁴¹ *Idem*, 21/09/1941, p.5.

No ano seguinte (1942), a Usina do Piçarrão demonstra novas deficiências, como noticia a Gazeta do Triângulo:

*“(...) Ruindo parte do canal que repréza a água da usina geradora de eletricidade da Empresa Força e Luz de Araguari, a nossa cidade ficou às escuras e todas as suas indústrias paralisadas desde domingo até 5ª. feira desta semana. O fato causou grandes transtornos à vida social e econômica da cidade, ocasionando não pequenos prejuízos às indústrias locais. O mal teria maiores proporções não fora a operosidade do sr. Paulo Muller, gerente da Empresa nesta cidade, que desenvolveu um herculeo esforço tornando medidas imediatas e enérgicas para a mais rápida normalização do fornecimento de força e luz... (sic)”*⁴²

Em 1947, a Empresa Força e Luz de Araguari começa a receber severas críticas de representantes da classe industrial:

*“(...) Veio a nossa redação o sr. Antonino Lemos da Silva, sócio-gerente da importante firma industrial soc. Cerealista Ltda e pediu-nos que, em defesa de Araguari, veiculasse-mos enérgia reclamação contra a Companhia Prada de Eletricidade S/A, concessionária nesta cidade de fornecimento de energia e luz, com o fito de por paradeiro aos graves abusos que está cometendo contra os consumidores araguarinos já desde muitos anos... (sic)”*⁴³

A solução para o problema da energia elétrica em Araguari, foi a dependência da Usina dos Martins construída em Uberlândia e inaugurada no ano de 1948. Percebemos os preparativos para a inauguração na seguinte notícia:

*“(...) A caravana de Araguari, da qual fazia parte o prefeito municipal, representantes do comércio, da indústria e da imprensa e rádio, teve oportunidade de examinar detidamente o adiantamento das obras de construção da Usina dos Martins, vendo-se quasi terminada a Casa de Máquinas que agasalhará os quatro grupos geradores, e em conclusão a montagem da tubulação adutora para acionamento das turbinas... (sic)”*⁴⁴

A modernização urbana verificada na cidade após a implantação dos serviços de energia elétrica (1910) foram marcantes. Visto que a antiga Freguesia do Brejo Alegre vivia às escuras.

⁴² *Idem*, 12/07/1942, p.1.

⁴³ *Idem*, 24/04/1947, p.4.

⁴⁴ *Idem*, 01/06/1947, p.1.

A eletricidade proporcionou o desenvolvimento comercial, industrial e social da cidade. Até que em determinado momento a sua deficiência se torna um empecilho para esse desenvolvimento.

A solução para o problema foi a dependência da energia elétrica produzida em Uberlândia, com a construção da Usina dos Martins (1948).

CONCLUSÃO

Apesar de sua importância urbanística e econômica, a eletricidade não foi objeto de estudos sistemáticos que recuperem sua memória local. No entanto, esta modalidade de energia foi um fator decisivo nas transformações urbanas e sociais pelas quais passou a cidade.

Através das Atas da Câmara e reportagens publicadas nos jornais sobre a eletricidade pode-se resgatar a história urbana do município e com o seu estudo, podemos compreender uma parte significativa das transformações urbanas e também verificar a participação da população e das elites políticas e econômicas locais na definição das prioridades para a eletricidade.

A construção destas prioridades para a implantação ou ampliação dos serviços de energia elétrica tiveram uma influência significativa nas formas pelas quais se deu a evolução urbana de Araguari.

A eletricidade é objeto de discussões em vários momentos deste período (1910-1948) e em diferentes situações, sendo objeto de matérias publicadas nos jornais locais, os quais também se apresentam como veículo de reclamações e reivindicações da população, principalmente da elite local.

A eletricidade também aparece nos jornais dando lugar à reclamações generalizadas que solicitam soluções para os problemas ocasionados pelos serviços da Empresa Força e Luz de Araguari e da Companhia Prada de Eletricidade, objeto de constantes queixas em função da precariedade do fornecimento de energia ou devido ao aumento na cobrança de taxas sobre o consumo.

Seja no que se refere às esferas públicas e privadas, ou aos espaços do trabalho e do lazer, a eletricidade estabeleceu uma série de novos comportamentos individuais e coletivos e, juntamente com a implantação de

outros serviços – saneamento, arruamentos e pavimentação, ajardinamento de praças, construção de edifícios públicos, etc -, ela modificou significativamente as noções de “urbanidade”, “modernidade”, “conforto” e “progresso”, estabelecendo ainda uma nova diferenciação entre a vida urbana e rural.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

I.1. Jornais

- 1.1. Jornal Araguary (1910, 1911, 1920, 1925, 1930)
- 1.2. Jornal Albor (1927, 1928, 1940)
- 1.3. Jornal Triângulo (1932, 1933, 1934, 1935, 1936)
- 1.4. Jornal A Gazeta do Triângulo (1937, 1938, 1939, 1941, 1942, 1943, 1945, 1947, 1948)
- 1.5. Jornal de Araguary (1948)
- 1.6. Jornal Botija Parda (1978)

I.2. Livro de Atas

- 2.1. Livros de Atas da Câmara Municipal de Brejo Alegre (1886)
- 2.2. Livros de Atas da Câmara Municipal de Araguari (1897, 1899, 1907, 1908, 1909, 1910, 1915)

II. BIBLIOGRAFIA

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMPELO, Glauco. **Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidade. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. N° 23.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1979.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamim ou a história aberta.** In: Benjamim, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Obras escolhidas, Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Memória.** In: Enciclopédia Einandi. Memória – História. Vol.1. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

MAGALHÃES, Gildo. **Força e luz: eletricidade e modernidade na República Velha.** São Paulo: UNESP, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp/ Nobel, 1991.

QUEJANO, Aníbal. **Dependência, mudança social e urbanização na América Latina.** In: ALMEIDA, Fernando Lopes de. **A questão urbana na América Latina.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. **Algumas considerações sobre o urbano.** In: Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1987. Nº4.

SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça: o privado e o público na vida social e histórica.** São Paulo: Edusp, 1993.

SILVA, Luiz Roberto do Nascimento e. **A escrita das cidades.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidade. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. Nº 23.

VIEIRA, Maria P.A. & PEIXOTO, Maria R.C. e KHOURY, Yara M.A. **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1989.